

Lucas Andrade Neves Dutra Cosendey

A condição espectral da ruína

Belo Horizonte
2020

Lucas Andrade Neves Dutra Cosendey

A condição espectral da ruína

Dissertação apresentada no Programa de Pós Graduação em Arquitetura e Urbanismo da Escola de Arquitetura da Universidade Federal de Minas Gerais como requisito à obtenção do título de mestre.

Área de concentração: Teoria, produção e experiência do espaço.

Orientadora: Vanessa Borges Brasileiro

Belo Horizonte
2020

FICHA CATALOGRÁFICA

C834c

Cosendey, Lucas Andrade Neves Dutra.

A condição espectral da ruína [manuscrito] / Lucas Andrade Neves Dutra
Cosendey. - 2020.

85f. : il.

Orientadora: Vanessa Borges Brasileiro.

Dissertação (mestrado) – Universidade Federal de Minas Gerais, Escola de
Arquitetura.

1. Arquitetura - Conservação e restauração – Mariana (MG) - Teses. 2.
Barragens de rejeitos - Mariana (MG) – Teses. 3. Degradação ambiental -
Mariana (MG) – Teses. 4. Arquitetura – Filosofia – Teses. 5. Ontologia – Teses.
I. Brasileiro, Vanessa Borges. II. Universidade Federal de Minas Gerais. Escola
de Arquitetura. III. Título.

CDD - 720.288



UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ARQUITETURA E URBANISMO



FOLHA DE APROVAÇÃO

A condição espectral da ruína

LUCAS ANDRADE NEVES DUTRA COSENDEY

Dissertação submetida à Comissão Examinadora designada pelo Colegiado do Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo da Escola de Arquitetura da UFMG como requisito para obtenção do grau de Mestre em Arquitetura e Urbanismo, área de concentração: Teoria, produção e experiência do espaço.

Aprovada em 31 de janeiro de 2020, pela Comissão constituída pelos membros:

VBmaulio

Profa. Dra. Vanessa Borges Brasileiro - Orientadora
EA-UFMG

Prof. Dr. Flávio de Lemos Carsalade
EA-UFMG

Dirce Eleonora Nigro Solis

Profa. Dra. Dirce Eleonora Nigro Solis
UERJ

Belo Horizonte, 31 de janeiro de 2020.

AGRADECIMENTOS

Ao meu pai, Roger, que pela dedicação e obstinação à vida acadêmica, aguçou em mim a curiosidade pelas palavras e pelo conhecimento ainda na infância.

Ao meu avô, Veraldino, que nos deixou no início do meu percurso acadêmico, e que, mesmo com as mãos duras, calejadas pelo trabalho começado na infância, se abria em genuínos sorrisos quando ocupado por suas nem sempre felizes memórias.

À Gabriela, cuja convivência me foi presenteada pelos corredores da Escola de Arquitetura.

Aos amigos Marcus e Marcelo, pela longa amizade e pelas contribuições despretensiosas em mesas de bar, sem as quais não teria sido possível esse esforço de construção de ideias.

Aos colegas de trabalho, clientes e contratantes pelo conhecimento compartilhado, paciência despendida e oportunidades proporcionadas nos últimos dois anos.

À minha orientadora e professora Vanessa Brasileiro pelo trabalho, competência e, sobretudo, pelo respeito às divergências.

Ao professor Frederico Tofani, pela amizade começada em um encontro fortuito na Técnica de Lisboa e por me abrir as portas de sua sala de aula.

À Professora Dirce Solis, pelo conhecimento compartilhado pela fala e pela escrita.

Ao programa de Mestrado em Arquitetura e Urbanismo da UFMG, pela oportunidade, pela infraestrutura e pelo corpo docente.

À memória impossível de minha mãe.

RESUMO

Tomando como ponto de partida o rompimento da Barragem de Fundão, em Mariana, Minas Gerais, no ano de 2015, a dissertação gira em torno da preservação das ruínas da localidade de Bento Rodrigues. Apostando no potencial inerente às situações limítrofes para tensionar e desestabilizar as estruturas do pensamento hegemônico, discute-se, em primeiro lugar, a impropriedade da reprodução indiscriminada dos axiomas de Cesare Brandi para o trato da questão. Num segundo momento, partindo do pressuposto de que a leitura de Cesare Brandi acerca da ruína é estritamente ontológica, propõe-se ampliar o debate na direção de uma “hontologia”, como definido pelo desconstrutivista Jacques Derrida. Se para Brandi a ruína não habita mais o espaço da arquitetura, a reocupação gradativa do complexo de ruínas pela comunidade atingida demonstra ser impossível a leitura desses espaços como não lugares. A “hontologia” seria, então, um pensamento sobre espectros: figuras não corpóreas que existem no espaço do indecível entre aquilo que se vê e o que não se vê; aquilo que não é nem inteligível, nem sensível, nem visível, nem invisível. A partir da leitura da condição espectral, conduz-se uma discussão acerca da teoria e da prática da conservação e do restauro em situações pós-catástrofe.

Palavras-chave: espectro 1. ruína 2. desconstrução 3. Cesare Brandi 4. Jacques Derrida 5.

ABSTRACT

Taking as a starting point the rupture of the Fundão Dam in Mariana, Minas Gerais, in 2015, the dissertation revolves around the preservation of Bento Rodrigues district's ruins. Betting on the inherent potential of catastrophic situations to tension and destabilize the hegemonic thinking structures, it is firstly discussed the impropriety of indiscriminate reproduction of Cesare Brandi's axioms to further the matter. At a second moment, based on the assumption that Cesare Brandi's interpretation regarding the ruin is strictly ontological, it is proposed a broadening of the debate towards a "hauntology", as defined by the deconstructivist Jacques Derrida. Whereas for Brandi the ruin no longer inhabits the architectural space, the gradual reoccupation of the ruined complex by the affected community proves to be impossible the reading of these spaces as non-places. The "hauntology" would then be a thinking on spectrums: non-corporeal figures that exist in the space of the undecidable, between what is seen and what is not; that which is neither intelligible nor sensitive nor visible nor invisible. Supported by the spectral condition's reading, a discussion is conducted regarding the conservation and restoration's theory and practice in post-disaster situations.

Keywords: spectrum 1. ruin 2. Deconstruction 3. Cesare Brandi 4. Jacques Derrida 5.

LISTA DE FIGURAS

- Figura 1 Mapa do percurso de rejeitos oriundos do rompimento da barragem de Fundão e municípios impactados ao longo do Rio Doce. Fonte www.samarco.com/rompimento-da-barragem-de-fundao. Acesso em 18 de novembro de 2019.16
- Figura 2 Vista área da parte baixa da localidade de Bento Rodrigues após o rompimento da barragem de Fundão. Fonte: www.vice.compt_br/article/78zj5d/construcao-diques-s3-e-s4-e-a-nova-bento-rodrigues-mariana. Acesso em 18 de novembro de 2019.....17
- Figura 3 Vista da Capela de São Bento, em Bento Rodrigues, anterior ao rompimento da barragem. Fonte: <https://www1.folha.uol.com.br>. Acesso em 20 de janeiro de 2019.18
- Figura 4 Vista de Bento Rodrigues, após o rompimento da barragem, tomada do mesmo ponto de observação da foto anterior. Fonte: <https://www1.folha.uol.com.br>. Acesso em 20 de janeiro de 2019.....18
- Figura 5 Bento Rodrigues, no início da década de 1990. Autor desconhecido.19
- Figura 6 Bento Rodrigues em Julho de 2012. Fonte: Google Street View, acessado no caderno Cotidiano do Jornal Folha de São Paulo em 05 de dezembro de 2015.....19
- Figura 7 Festa de São Bento, em Bento Rodrigues, no ano de 2017. Vista da celebração da missa em devoção ao padroeiro sobre as ruínas da Capela de São Bento. Fonte: acervo pessoal do historiador Bernardo Campos.22
- Figura 8 Procissão em devoção a São Bento, durante a Festa de São Bento, em Bento Rodrigues, no ano de 2017. Fonte: acervo pessoal do historiador Bernardo Campos.23
- Figura 9 Festa de São Bento, em Bento Rodrigues, no ano de 2017. Vista da celebração da missa em devoção ao padroeiro sobre as ruínas da Capela de São Bento. Fonte: acervo pessoal do historiador Bernardo Campos..23
- Figura 10 Vista da Capela de Santo Antônio, em Paracatu, no ano de 2016. Fonte: Jornal O Tempo, 07/05/2016. Acesso em 20 de novembro de 2019. Disponível em: <https://www.otempo.com.br/cidades/distritos-vaio-virar-museu-para-que-tragedia-nao-seja-esquecida-1.1294171>26
- Figura 11 Vista frontal do templo neopentecostal Assembleia de Deus, no ano de 2019. Acervo do autor.26

SUMÁRIO

1. Introdução	9
2. O potencial desconstrutivo da catástrofe	14
2.1. O rompimento da Barragem de Fundão	14
2.2. Ruínas de Bento Rodrigues: preservação e destinação	24
2.3. Diretrizes de Preservação	33
3. A ruína em <i>Teoria da Restauração</i>.....	36
3.1. A perspectiva brandiana.....	36
3.2. A ontologia da ruína	43
4. A condição espectral da ruína	48
4.1. Desconstrução e Arquitetura: antecedentes.....	48
4.2. O luto e a espectralidade	52
4.3. O reconhecimento pelo <i>rastro</i>	58
4.4. O caminho e o método	64
4.5. Autoria e hospitalidade.....	71
5. Considerações finais	78
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	82

1 INTRODUÇÃO

Em novembro de 2015, uma catástrofe de proporções dantescas voltou as atenções da mídia nacional e internacional para uma pequena localidade próxima ao município de Mariana, em Minas Gerais. O rompimento da barragem de retenção de rejeitos de Fundão, então desprovida de sistemas e protocolos emergenciais, cobriu de lama, em questão de minutos, a parte baixa do distrito de Bento Rodrigues.

A ferocidade da enxurrada de barro obrigou moradores a buscarem refúgio nas cotas mais elevadas do vilarejo. Levando pouco mais do que a roupa do corpo, aqueles que conseguiram se salvar observaram desaparecer, sob o barro, seus lares, objetos e memórias. Entre residentes e trabalhadores da mineradora responsável, contaram-se 19 mortos.

Além da catástrofe humana a que foram submetidas as localidades próximas à barragem – principalmente Bento Rodrigues, Paracatu, Gesteira e Barra Longa -, o desastre tomou proporções ainda maiores nas semanas subsequentes. Através de um dos seus afluentes, o Rio Gualaxo, a lama chegou rapidamente ao Rio Doce, corpo d'água que corta os estados de Minas Gerais e Espírito Santo, antes de desaguar no Oceano Atlântico. Dia após dia, as comunidades ribeirinhas aguardavam a chegada da água cor de minério de ferro. Em adição ao desastre ambiental, a contaminação do rio impactou diretamente as economias locais, interrompendo atividades extrativistas, agrícolas e turísticas dependentes das águas do rio.

Em novembro de 2016, um ano após o rompimento da barragem, o autor deste texto passou a integrar a equipe responsável pelos trabalhos emergenciais de resgate e salvaguarda do patrimônio sacro impactado na chamada “área de origem”, imediatamente abaixo da barragem rompida. Durante o desenvolvimento dos trabalhos por mais de sessenta profissionais das áreas de arquitetura, engenharia, restauração, história e arqueologia, enunciava-se o desafio conceitual envolvido nas propostas de conservação e restauração do patrimônio edificado deixado em ruínas. Mais do que as dificuldades de ordem operacional, como técnicas de transporte, limpeza e diagnóstico,

postas diariamente aos profissionais, eram as questões teóricas e metodológicas as responsáveis pelas maiores incertezas.

Se, a título de exemplo, pesquisas e testes exaustivos revelavam procedimentos e insumos adequados para a remoção do rejeito de minério dos fragmentos do retábulo da Capela de São Bento, muito rapidamente a questão se transfigurava do “como remover” para o “é preciso remover?” ou “qual a finalidade da remoção?”. Para além dos bens móveis e integrados, o processo de definição dos critérios para as intervenções em escala arquitetônica esbarrava, constantemente, em questionamentos sobre a possibilidade de reconstrução – execrada pelas teorias da restauração – em oposição à tradicional conservação de ruínas. Em ambos os casos, as dificuldades pronunciadas insinuavam a insuficiência das teorias e práticas de conservação correntes para o trato da questão.

Embora a produção teórica acerca do tema da restauração tenha recebido contributos importantes da década de 1970, no contexto brasileiro são inegáveis a hegemonia e a influência da obra do teórico italiano Cesare Brandi. Publicada em 1963, Teoria da Restauração é permeada por uma estética da imanência, por uma compreensão positivista da história e, principalmente, por uma leitura ontológica da ruína, as quais implicam uma série de contradições e limitações à sua instrumentalização em contextos pós-catastróficos, como o caso de Bento Rodrigues. Se, por um lado, a ontologia da ruína em Teoria da Restauração é perpassada pela compreensão irrevogável de que, por não oferecer condições materiais de transmitir sua imagem e sentidos originários, a ruína não habita mais a dimensão da arquitetura, por outro lado, entendemos ser impossível conferir aos escombros de Bento Rodrigues a condição de um “não lugar”¹.

¹ A ideia de um “não lugar” como cunhamos aqui toma como referência o texto “O fenômeno do lugar”, do teórico suíço Christian Norberg-Schulz, publicado originalmente no ano de 1976. Schulz constrói a ideia de lugar estruturada entre as condições de “espaço” e “caráter”: enquanto o “espaço” indicaria a mera organização tridimensional de um sítio, o “caráter” seria sua atmosfera ou ambiência geral, ou seja, a dimensão efetivamente ligada às percepções sensoriais (NORBERG-SCHULZ, 2006). O lugar é, ao contrário do espaço puro (ou não lugar, como cunhamos), habitável.

À revelia da decisão técnica que classificou Bento como área de risco permanente, inviabilizando sua reocupação, as ruínas do distrito vêm sendo gradativamente apropriadas e revisitadas pelos antigos moradores, em eventos religiosos, cívicos ou mesmo em passeios.

Para além do reconhecimento das insuficiências da teoria brandiana, o envolvimento direto com o desenvolvimento dos projetos de restauração e, conseqüentemente, como a necessidade de apresentar respostas conceituais para as questões postas, foram impulsos definidores para o início e desenvolvimento desta pesquisa de mestrado. A aproximação com a obra de Jacques Derrida, de outra parte, deu-se, fortuitamente, a partir da leitura de sua entrevista concedida, em 1986, a Eva Meyer e intitulada “Uma arquitetura onde o desejo pode morar”. No encerramento da interlocução, Derrida lança mão da tradição xintoísta de reconstrução cíclica de templos para demonstrar que, possivelmente, o caráter original dessas arquiteturas não reside propriamente em seu corpo sensível, mas em “alguma coisa diferente” (DERRIDA, 2008, p. 171).

A possibilidade de compreensão de valores não necessariamente atrelados à materialidade, cedida pela fala de Derrida, foi fundamentalmente a motivadora para o aprofundamento na obra no autor. Enquanto a teoria brandiana afasta qualquer possibilidade de subjetivação e promove uma leitura ontológica da ruína, a condição do “espectro”, que se estende parte considerável da obra de Derrida e que se enraíza na leitura do afeto do luto freudiano, oferece e favorece uma aproximação à questão a partir do sentimento coletivo de perda. Para Derrida, a figura espectral é aquela que existe no espaço do indecível, entre aquilo que se vê e o que não se vê; aquilo que não é nem inteligível, nem sensível, nem visível, nem invisível.

Inserido na linha de pesquisa “Teoria e História da Arquitetura e do Urbanismo e suas relações com outras artes e ciências”, este trabalho almeja responder um problema teórico arquitetônico mediante uma perspectiva multidisciplinar e favorecida pela íntima conexão da arquitetura com o saber filosófico. A fim de não incorrer nas mesmas incoerências criticadas em relação à teoria brandiana, não se objetiva, entretanto, a postulação de preceitos e axiomas universais para restauração. Buscaremos, em

contrapartida, possibilidades de entendimento para o objeto arquitetônico arrasado pela catástrofe e condições de operação de uma práxis da restauração afeita às indecidibilidades e aporias prescritas pela violência do desastre. Apostaremos, por fim, no abono oferecido pela condição de mediação inerente a um trabalho de interface para situar nossa pesquisa em um campo intermediário, atenuando as exigências do rigor filosófico em prol de sua aproximação à inventividade da arquitetura.

Doravante, a dissertação será estruturada daqui em três capítulos de desenvolvimento, seguidos de um capítulo de considerações finais. O capítulo intitulado “O potencial desconstrutivo da catástrofe” buscará apresentar a multiplicidade de perspectivas envolvidas no trato da patrimonialidade das ruínas de Bento Rodrigues, para além daqueles contemplados pelas teorias modernas da restauração. Para isso, o texto se apoia no potencial inerente às situações limítrofes para revelar e exacerbar discursos que, de outro modo, apareceriam atenuados, sequer enunciados ou, potencialmente, desconsiderados.

O capítulo “A ruína em Teoria da Restauração”, será dedicado ao entendimento da condição do objeto arruinado e da ação conservativa pela teoria moderna do restauro. Para tanto, será tomada como obra de referência a Teoria da Restauração, de Cesare Brandi. Permeada por uma estética da imanência e por uma compreensão histórica positivista, a obra carrega uma série de contradições e limitações à sua instrumentalização. A práxis contemporânea brasileira, entretanto, ainda aplica a teoria brandiana indiscriminadamente a todos os bens a serem preservados. Em oposição ao objetivismo histórico e à imanência da arte, optamos pelo arcabouço teórico oferecido pelo pós-estruturalismo desconstrutivista de Jacques Derrida para subsidiar a análise da teoria de Brandi, cuja obra será, então, submetida às seguintes questões fundamentais: “Com que direito fala o autor?” e “Como está constituído seu objeto?” (DERRIDA, *Las artes del espacio*, 1994, p. 10), de modo a abrir caminho para a discussão que se fará no capítulo seguinte.

O terceiro capítulo, “A condição espectral da ruína”, buscará respostas às insuficiências da teoria brandiana no entendimento do objeto arquitetônico vitimado pela catástrofe.

Para a compreensão da dimensão subjetiva da perda, desconsiderada por Brandi, trabalharemos com o conceito de “espectro”, o qual se faz presente em parte considerável da obra de Jacques Derrida e que tem suas raízes nos estudos do afeto do luto na psicanálise de Sigmund Freud. Assumindo a “condição espectral” das arquiteturas arruinadas, buscaremos desdobramentos para uma teoria do restauro contemporâneo que apresente, na concepção de Derrida, os contornos de um caminho e não mais de um método.

O capítulo de considerações finais encerra o texto da dissertação, sinalizando possibilidades e também riscos de uma prática do restauro arquitetônico ancorada em uma teoria aberta e não metodológica.

2 O POTENCIAL DESCONSTRUTIVO DA CATÁSTROFE

“Isto é Babel.[...] Saber que uma promessa continua a ser empenhada, ainda que ela não se mantenha em sua forma visível.” - Jacques Derrida

2.1. O rompimento da Barragem de Fundão

Trataremos, neste capítulo, do rompimento da barragem de Fundão, em Mariana, em 2015, dos danos provocados na localidade de Bento Rodrigues e da complexidade envolvida na preservação de suas ruínas. Para a compreensão da amplitude do problema, faz-se necessária uma breve aproximação à questão da mineração no estado de Minas Gerais.

Como sugere seu próprio nome, o estado de Minas teve, historicamente, a mineração como seu principal motor econômico. Com origens no século XVII, com a descoberta dos aluviões auríferos, iniciou-se o chamado “Ciclo do Ouro”, que sobreposto ao “Ciclo do Diamante”, marcou a conformação da dependência econômica dessa parcela do território com a atividade de extração mineral. O esplendor da atividade minerária foi alcançado durante o século XVIII, tendo sido o estado de Minas Gerais fundado em 1720. Com a exaustão das minas no início do século XIX, a lógica econômica do território passou a se concentrar na atividade agrícola, resultando na decadência do ciclo minerário e no início do chamado “Ciclo do Café”. Embora a extração minerária perdesse importância no contexto regional, a transição para o período industrial na Europa, sobretudo na Inglaterra, elevava a demanda internacional por minério de ferro. Não por acaso, as grandes reservas de ferro mineiras foram descobertas por exploradores ingleses nesse período, sendo, assim, retomados os esforços na exploração mineral em Minas. (SILVA, 1995) A extração do ferro experimentou momentos diversos durante o século XIX e XX, cujos meandros não constituem o objeto desta análise.

Cabe observar, entretanto, a significância da atividade minerária para os contextos contemporâneos regional e nacional. Segundo o Panorama da Mineração em Minas (IBRAM - INSTITUTO BRASILEIRO DE MINERAÇÃO, 2015) contribuição média das atividades da Indústria Extrativa Mineral com Petróleo e Gás para o PIB nacional foi de 3,1%, ao passo que, regionalmente, essa porcentagem é elevada para os 4,5% entre os anos de 2005 e 2013. Além da contribuição de 25% sobre a balança comercial em nível nacional, o setor emprega diretamente cerca de 4% da população economicamente ativa do estado. Embora os números não sejam propriamente expressivos, nas escalas locais a mineração exerce forte influência na economia dos municípios através do direcionamento de compensações financeiras pela exploração de recursos minerais, os chamados “royalties”.

Apesar da importância econômica, o setor minerário constitui também um dos – senão o principal – problema ambiental e social para o estado de Minas na atualidade. Segundo o relatório técnico publicado pela Fundação Estadual de Meio Ambiente – FEAM – em 2018, das 689 barragens de contenção de rejeito de mineração existentes no estado, 13 não apresentavam garantia de estabilidade (FEAM - FUNDAÇÃO ESTADUAL DO MEIO AMBIENTE, 2018), sendo que, em 2015, a lista era de alarmantes 56 barragens com risco de rompimento. Ainda que, no recorte recente dos últimos 5 anos, os rompimentos de Fundão – em Mariana – e do Córrego do Feijão – em Brumadinho - ocupem o imaginário coletivo como símbolos do problema das barragens, outros cinco rompimentos marcaram a história do Estado de Minas Gerais entre 1986 e 2015 nas localidades de Nova Lima, Itabirito, Cataguases e Miraflores.

Nesse contexto, em 5 de novembro de 2015, a barragem de retenção de rejeitos de mineração de minério de ferro de Fundão, localizada em Mariana (MG) e operada pela mineradora Samarco, subsidiária das empresas Vale e BHP-Billiton, rompeu-se liberando um volume aproximado de 32,6 milhões de m³ de lama no vale do Rio Gualaxo do Norte, afluente do Rio Doce.



Figura 1 Mapa do percurso de rejeitos oriundos do rompimento da barragem de Fundão e municípios impactados ao longo do Rio Doce. Fonte www.samarco.com/rompimento-da-barragem-de-fundao. Acesso em 18 de novembro de 2019.

A onda de rejeitos percorreu extensamente os dois rios, afetou diretamente 39 municípios mineiros e capixabas e desaguou no Oceano Atlântico, o que provocou a maior catástrofe humana e ambiental da história do país até então. A primeira localidade atingida foi Bento Rodrigues, subdistrito de Mariana, que recebeu a onda de rejeitos de minério cerca de 15 minutos após o rompimento da barragem. A inexistência de sistemas de alarme e de procedimentos preestabelecidos de evacuação resultou em uma situação caótica para os cerca de 600 residentes. O relato de Edirléia Marques dos Santos, registrado na publicação *Atingidos*, realizada pelo Ministério Público do Estado de Minas Gerais, ilustra o pesar do ocorrido:

“Eu e minha irmã estávamos na parte baixa do Bento e vimos muita gente correndo, mas não sabíamos o que estava acontecendo. Quando ouvimos o barulho da lama, já víamos o clarão de água chegando. Fui correndo para casa ver meus filhos, mas tenho asma, pensei que não conseguiria chegar lá. Disse para minha irmã ‘pelo amor de Deus, tira os meus meninos de lá!’. Em minha casa estava tudo tranquilo, mas não sabia a que altura a lama poderia chegar.

Então subimos um morro, eu, minha irmã e os meninos. Quando olhei pra trás, a lama já tinha engolido tudo. A gente via uma casa e, no outro segundo, ela já estava enterrada. Foi o pior momento que vivi na vida. Imagina você com criança tendo que correr, sem saber se vai sobreviver. É desesperador.” (MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MINAS GERAIS, 2016)



Figura 2 Vista área da parte baixa da localidade de Bento Rodrigues após o rompimento da barragem de Fundão. Fonte: www.vice.com/pt_br/article/78zj5d/construcao-diques-s3-e-s4-e-a-nova-bento-rodrigues-mariana. Acesso em 18 de novembro de 2019.

O êxodo dos moradores teve início ainda no dia do rompimento: helicópteros da defesa civil e do corpo de bombeiros iniciaram os resgates, porém o anoitecer obrigou a interrupção das buscas. No dia seguinte, ainda havia moradores ilhados, e se iniciou a contagem de mortos e desaparecidos. O rompimento culminou na morte de 19 pessoas, além de outras perdas de difícil mensuração. A farta cobertura midiática difundiu nacional e internacionalmente uma infinidade de relatos, fotografias, vídeos e entrevistas que, apesar da extensão do dano ambiental que se pronunciava em direção ao litoral brasileiro, fizeram da pequena Bento Rodrigues símbolo internacional da catástrofe.



Figura 3 Vista da Capela de São Bento, em Bento Rodrigues, anterior ao rompimento da barragem. Fonte: <https://www1.folha.uol.com.br>. Acesso em 20 de janeiro de 2019.



Figura 4 Vista de Bento Rodrigues, após o rompimento da barragem, tomada do mesmo ponto de observação da foto anterior. Fonte: <https://www1.folha.uol.com.br>. Acesso em 20 de janeiro de 2019.

Historicamente, Bento Rodrigues integrou um circuito de localidades de grande importância para o desenvolvimento do ciclo do ouro na região de Mariana, por isso apresentava características comuns às vilas de garimpo do período, como o traçado urbano, padrão de ocupação e exemplares de arquitetura sacra de estilo barroco. Apesar da herança colonial, a localidade não se destacava arquitetônica ou artisticamente como outras localidades próximas, onde a preservação das edificações

civis e religiosas evoca o período da exploração aurífera. Registros fotográficos dos anos 2000 em diante revelam que, à exceção das Capelas de São Bento, na parte baixa do distrito, e Nossa Senhora das Mercês, na parte alta, o casario civil colonial já havia sido substituído ou havia sofrido intervenções espontâneas de modernização.



Figura 5 Bento Rodrigues, no início da década de 1990. Autor desconhecido.

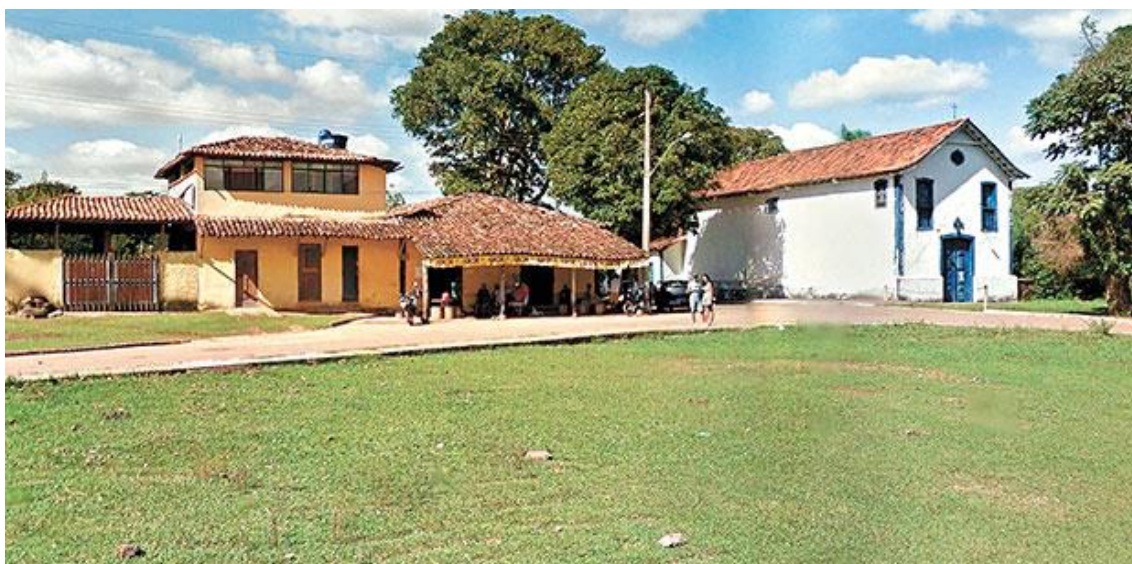


Figura 6 Bento Rodrigues em Julho de 2012. Fonte: Google Street View, acessado no caderno Cotidiano do Jornal Folha de São Paulo em 05 de dezembro de 2015.

Apesar da condição material “descharacterizada”, o que do ponto de vista das teorias e políticas tradicionais de proteção não motivaria seu reconhecimento como patrimônio cultural material – como, de fato, não ocorreu antes do rompimento -, Bento Rodrigues

se configurava como uma localidade pacata e tradicional, com relativo isolamento, e que foi capaz de preservar, no durar tempo, seu estilo de vida, seus hábitos e seus costumes.

Diferentemente de outras localidades com perfis social, ambiental e geográfico semelhantes, Bento era marcado por uma economia local relativamente independente da mineração. Integrante do circuito da Estrada Real, o distrito tirava partido do turismo ecológico e cultural para comercializar serviços e produtos locais, como quitutes, laticínios, hortaliças e refeições no tradicional bar da Sandra, famoso pelas coxinhas de frango feitas na casa.

Após o rompimento da barragem, a parte baixa do distrito foi soterrada pelo rejeito de minério – restando em ruínas – e apenas as edificações situadas nas cotas mais elevadas mantiveram-se íntegras. O esvaziamento e a proibição de ocupação do distrito, decretados de imediato pela Defesa Civil em decorrência do risco de rompimento da barragem remanescente de Germano, resultou ainda no saque e na depredação das casas remanescentes nas cotas mais elevadas. Tal fato conferiu à localidade um aspecto de completa destruição e abandono. O risco de um segundo rompimento persiste: de acordo com o “Plano de Segurança para as comunidades próximas a barragens de mineração” (COORDENADORIA ESTADUAL DE DEFESA CIVIL, 2019), a barragem de Germano é classificada como detentora de alto “Dano Potencial Associado”, levando em conta os critérios de volume do reservatório, existência de população à jusante, impacto ambiental e impacto socioeconômico, o que subsidia a decisão técnica – e política - de manutenção da proibição de reocupação do território.

À revelia do imperativo de proibição, Bento Rodrigues vem sendo gradativamente reapropriado e revisitado pelos antigos moradores em eventos religiosos ou cívicos, em acampamentos e em visitas despretensiosas ao longo da semana. Em conversas informais e entrevistas para a realização dos projetos de restauração das capelas atingidas, os moradores, frequentemente, indicam os resquícios de suas casas ao caminhar pelas ruas agora cobertas de rejeito de minério. Passado o primeiro momento

de resistência das autoridades em reconhecer e permitir a visitação, o direito de visitas irrestritas foi conquistado pelos atingidos. O relato abaixo, retirado do Dossiê de Tombamento, ilustra o desejo dos moradores de que o território seja preservado:

“-É porque ali pra ser mantido, aquilo ali tem que ter atividade. Único jeito de manter aquilo ali, entendeu? É fazer missa lá... é ter atividade ali, tem que ter atividade...” (ICOMOS BRASIL, 2019, p. 221)

Nos últimos três anos, o dia 29 de julho foi marcado pelas celebrações da festa do tríduo em devoção ao padroeiro São Bento em meio às ruínas da localidade. Os preparativos têm início na semana que precede o fim de semana de comemoração. Para realização da festividade no domingo, muitos se deslocam para Bento ainda na sexta-feira após a missa em Mariana, e passam à noite em uma das casas abandonadas que foi recentemente readequada para o uso. No sábado, a bandeira do padroeiro é hasteada em frente à porção remanescente da Capela de São Bento, e, no dia seguinte, domingo, é realizada uma missa.



Figura 7 Festa de São Bento, em Bento Rodrigues, no ano de 2017. Vista da celebração da missa em devoção ao padroeiro sobre as ruínas da Capela de São Bento. Fonte: acervo pessoal do historiador Bernardo Campos.

Em gesto de forte simbolismo, as missas foram celebradas sobre as ruínas da Capela de São Bento, reduzida aos seus embasamentos e tabuados de piso. Com uma estrutura precária, composta pela cobertura provisória, cadeiras plásticas e lâmpadas pendentes, o culto foi realizado pelo padre da comunidade. Sobre a mesa do altar, figurava um crucifixo recuperado pelos trabalhos arqueológicos numa cidade vizinha e, ao fundo, um banner com uma fotografia do antigo retábulo em madeira entalhada. Da igreja, os moradores seguiram em procissão pelas ruas do antigo vilarejo, entoando cânticos e palavras de devoção.



Figura 8 Procissão em devoção a São Bento, durante a Festa de São Bento, em Bento Rodrigues, no ano de 2017. Fonte: acervo pessoal do historiador Bernardo Campos.



Figura 9 Festa de São Bento, em Bento Rodrigues, no ano de 2017. Vista da celebração da missa em devoção ao padroeiro sobre as ruínas da Capela de São Bento. Fonte: acervo pessoal do historiador Bernardo Campos..

Mesmo que, como veremos no capítulo subsequente, a ontologia da ruína nas teorias da conservação arquitetônica moderna seja atravessada pela compreensão irrevogável de que, por não oferecer condições materiais de transmitir sua imagem e sentidos originários, a ruína não habita mais o espaço da arquitetura, por outro lado, entendemos que, a partir da fotografia acima, é impossível conferir aos escombros de Bento Rodrigues a condição de um “não lugar”. De costas para o fotógrafo, está o morador atingido Antônio Martins Quintão, que, com as roupas sujas de lama, ajoelha-se em devoção ao padroeiro São Bento em meio às ruínas da Capela. É justamente a imagem do fiel de joelhos numa capela que, aos olhos da teoria conservacionista, não existe mais, suscita o debate a que nos propomos neste texto de dissertação.

2.2. Ruínas de Bento Rodrigues: preservação e destinação

A catástrofe em Bento Rodrigues foi noticiada internacionalmente e, ainda hoje, 4 anos depois do ocorrido, apresenta desdobramentos no que diz respeito ao processo de reparação imputado às empresas envolvidas.

A discussão acerca do tratamento e destinação das ruínas de Bento teve início ainda no ano de 2015. Em atendimento a um Termo de Ajuste de Conduta, assinado entre a mineradora e o Ministério Público de Minas Gerais, teve início o “PG12 – Memória Histórica, Cultural e Artística”. O programa compreendia uma série de medidas de salvaguarda e proteção do patrimônio cultural afetado pelo rompimento da barragem, inclusos os Projetos de Restauração para as Capelas de São Bento, em Bento Rodrigues, Nossa Senhora da Conceição, em Gesteira, e Santo Antônio, em Paracatu de Baixo. O processo foi marcado por uma forte reticência da Samarco, em um primeiro momento, e, posteriormente, da Fundação Renova² acerca do contato direto entre a

² A Fundação Renova é uma fundação sem fins lucrativos, responsável pela mobilização para a reparação dos danos causados pelo rompimento da barragem de Fundão. A fundação foi criada a partir da assinatura de um Termo de Transação de Ajustamento de Conduta (TTAC), assinado em 2016, entre a União e as mineradoras Samarco, Vale, BHP Billiton.

equipe técnica e os atingidos; e pela reticência dos próprios atingidos em discutir a destinação do patrimônio atingido antes que a questão das moradias fosse solucionada.

Em atendimento às exigências do Ministério Público, os projetos de restauração foram desenvolvidos paralelamente aos projetos de reassentamento pela empresa especializada Estilo Nacional – Arquitetura, Cultura e Preservação, com um prazo de 12 meses, entre os anos 2016 e 2017. Neste ponto, cabe elucidar que o autor deste texto compôs a equipe de arquitetura responsável pelos projetos de restauro, sendo autor do Projeto de Restauração da Capela de Nossa da Conceição, em Gesteira, e coautor da Proposta Conceitual de Uso da Capela de São Bento, em Bento Rodrigues, com autoria da arquiteta mineira Jô Vasconcellos. O Programa, entretanto, carrega incoerências e incompletudes. Em primeiro lugar, observamos que, embora as edificações religiosas se configurem como marcos civis, não foram contemplados pelo programa os contextos urbanos em que elas se inseriam. Em segundo lugar, não foram contempladas edificações de outras religiões que não a católica. Ainda que a Capela de Santo Antônio, em Paracatu de Baixo, inclusa no PG-12 e atingida diretamente pelo desastre, apresentasse arquitetura muito similar à Assembleia de Deus, em Bento Rodrigues, que embora não tenha sido coberta pela lama foi saqueada e depredada nos meses seguintes. Em terceiro lugar, salientamos que não foram contemplados valores outros para além daqueles tradicionalmente considerados na patrimonialização, conquanto as ruínas decorrentes do rompimento claramente começassem a se conformar como patrimônios sensíveis, definição atribuída a lugares relacionados à dor e ao sofrimento. Por fim, cabe reafirmar que o contato com os atingidos, fundamental ao desenvolvimento dos projetos, enfrentou resistência por parte da contratante – reticente de novas medidas judiciais - assim como por parte da comunidade – compreensivelmente focada na questão das indenizações e dos reassentamentos.



Figura 10 Vista da Capela de Santo Antônio, em Paracatu, no ano de 2016. Fonte: Jornal O Tempo, 07/05/2016. Acesso em 20 de novembro de 2019. Disponível em: <https://www.otempo.com.br/cidades/distritos-vaio- virar-museu-para-que-tragedia-nao-seja-esquecida-1.1294171>



Figura 11 Vista frontal do templo neopentecostal Assembleia de Deus, no ano de 2019. Acervo do autor.

Como mencionado anteriormente, a impossibilidade de reocupação da área pelo risco de rompimento da Barragem de Germano, ainda maior que a Barragem de Fundão, impôs desafios para o reassentamento das famílias. O processo de locação e de projeto da Nova Bento Rodrigues foi marcado pela postura de reticência dos atingidos à ideia de uma cópia da Bento original – possivelmente influenciados pelas equipes de assessoria técnica -, e, de outra parte, pela dificuldade da equipe técnica responsável pelo projeto urbanístico em materializar um novo traçado urbano que, sem o artifício da cópia, fosse capaz de reproduzir e recriar as relações sociais e de vizinhança preexistentes, estas, sim, exigidas pelos moradores. As primeiras propostas, que foram rechaçadas, tratavam de projetos contemporâneos, com parâmetros urbanísticos e características de traçado urbano semelhantes aos condomínios fechados de alto padrão encontrados nas periferias de grandes cidades. O resultado final contemplou uma reprodução parcial do traçado original, com adaptações à topografia do novo sítio e à legislação vigente. As novas residências também foram objeto de projeto arquitetônico, com atendimentos individualizados aos moradores pela equipe técnica da empresa J+T.³ Dada a complexidade do processo decisório e a quantidade de órgãos, entidades, normas, diretrizes e licenciamentos envolvidos na questão do reassentamento, as obras foram definitivamente iniciadas apenas no ano de 2019, com previsão de término para 2020.

Paralelamente ao trabalho da Fundação Renova, o Conselho Municipal do Patrimônio Cultural de Mariana (COMPAT), optou, ainda em 2015, pela utilização do instrumento do tombamento para promover a salvaguarda do complexo arruinado de Bento Rodrigues. A opção pela proteção assumiu contornos emergenciais, uma vez que a intenção de demolição das estruturas remanescentes já se enunciava nas falas oficiais, como corrobora o trecho da notícia publicada pela revista Exame em 4 de dezembro de 2015:

³ Comunicação pessoal com o arquiteto Fabrício Lopes, integrante da equipe responsável.

Técnicos da Defesa Civil e da Secretaria de Obras de Mariana (MG) estiveram nesta sexta-feira, 4, no distrito de Bento Rodrigues para preparar um laudo que recomendará a demolição do vilarejo – o mais atingido pela enxurrada de rejeitos. (RIBEIRO, 2015)

A necessidade de demolição foi amplamente questionada nos meios especializados e foi associada, inclusive, à tentativa de apagamento do marco zero do rompimento com fins de diminuição do interesse público e midiático acerca do incidente. Nesse sentido, o tombamento foi editado em caráter provisório, não tendo sido estabelecidos o objeto exato nem as diretrizes de sua proteção. Para elaboração de um documento definitivo, o COMPAT acionou o Ministério Público Estadual, que encaminhou a demanda ao Comitê Brasileiro do Conselho Internacional de Monumentos e Sítios (ICOMOS/BRASIL), momento em que teve início a elaboração do Dossiê de Tombamento de Bento Rodrigues. O documento definitivo foi publicado em Maio de 2019, tendo sido desenvolvido entre os anos de 2016 e 2019, sob a tutela do Professor Leonardo Barci Castriota, também representante do ICOMOS, no âmbito do Programa de Mestrado em Ambiente Construído e Patrimônio Sustentável da Escola de Arquitetura da UFMG.

Como descrito no próprio dossiê, a metodologia do trabalho foi guiada pelo entendimento de que a abordagem do caso de Bento Rodrigues não seria possível através de uma perspectiva tradicional, ainda dominante na área da conservação patrimonial, que, como vimos, permeou a concepção do PG-12:

Para se abordar um caso como o de Bento Rodrigues não nos parecia possível se adotar a perspectiva tradicional ainda dominante no campo do patrimônio, aquele da conservação-baseada-na-matéria: afinal, mais importante que os próprios resquícios materiais do antigo vilarejo de Bento Rodrigues - que se mostravam extremamente frágeis frente à magnitude da tragédia - seria o próprio processo de transformação daquele sítio em referência cultural para a sociedade brasileira, através do qual ele passava a simbolizar um evento significativo na história

brasileira. Neste caso, cabia, a nosso ver, ao lado da identificação dos atributos contidos no sítio a ser objeto da conservação, atentar-se para o próprio processo de atribuição de valor ao bem cultural: o seu valor não seria apenas intrínseco a ele, não estaria apenas em sua materialidade, neste caso muito reduzida pela tragédia, mas residiria, em última instância, no próprio processo de sua patrimonialização através do qual ele se transforma, por associação, numa referência para o país. (ICOMOS BRASIL, 2019, p. 13)

Se, por um lado, a abordagem tradicional – aquela favorecida principalmente pelos autores italianos do século XX – estaria centrada num paradigma de conservação da matéria, o dossiê seria, em oposição, guiado por um paradigma de conservação de valores:

Neste novo paradigma, mais que a materialidade, vai ser central a própria questão da atribuição de valor e os diversos agentes nela envolvidos. Na perspectiva da conservação-baseada-em-valores, o foco vai estar, como o próprio nome indica, nos valores atribuídos pela sociedade, que é compreendida como sendo constituída sempre por vários grupos de agentes e de interesse, compreendendo-se “valor”, neste caso, como “uma série de características ou qualidades positivas” atribuída a um objeto ou sítio e “grupo de agentes e de interesse” como “qualquer grupo com um interesse legítimo naquele bem”. (ICOMOS BRASIL, 2019, p. 14)

Objetivando, então, a adoção de uma perspectiva de conservação focada nos valores culturalmente atribuídos ao complexo de ruínas de Bento Rodrigues, a abordagem do dossiê foi pautada pelos preceitos da Carta de Burra, publicada pelo ICOMOS em 1999 na Austrália. Não cabe, entretanto, neste texto, adentrar nas especificidades desse documento, mas cabe ressaltar que a metodologia do dossiê adquiriu, assim, a forma de uma Declaração de Significância:

Declaração de Significância pode ser definida como “uma declaração de valor que explica brevemente o que é um lugar histórico e porque ele é importante”, identificando aspectos característicos do lugar que devem ser protegidos para que o sítio histórico mantenha a sua importância e significado. [...] Neste sentido, este documento pode ser considerado uma espécie de síntese que contém todas as categorias de valor identificadas, usadas como um meio de se interpretar o território e propor estratégias de conservação e gestão do mesmo. (ICOMOS BRASIL, 2019, p. 15)

O trabalho foi desenvolvido em estreito contato com os atingidos, como destacam os autores, e, após apresentações preliminares, foi publicado definitivamente no início de 2019. O vislumbre da solução da questão das moradias somado à finalização do *Dossiê de Tombamento* de Bento Rodrigues e sua submissão ao IEPHA e ao IPHAN no início de 2019 abriu espaço para que, de fato, se iniciassem as discussões acerca da destinação das ruínas e se recuperassem os trabalhos desenvolvidos pela Fundação Renova para a restauração das capelas atingidas.

Os projetos para as capelas, como visto anteriormente, estavam imbuídos por critérios e valores de patrimonialização inspirados nas teorias clássicas do restauro, resultando na desconsideração dos contextos de inserção das capelas, exclusão dos templos não católicos e em um processo de trabalho com grau mínimo de participação direta dos atingidos. Além disso, o conjunto de características que alçariam Bento Rodrigues à condição tradicional de patrimônio – nesse caso histórico e artístico - havia sido perdido, o que geraria lacunas em uma aproximação pelas teorias modernistas da restauração. Por outro lado, a ruptura do cotidiano pacato e tradicional de Bento Rodrigues deu lugar a uma nova memória coletiva e toda uma constelação de memórias individuais que vem sendo construídas em torno das ruínas do subdistrito, corroborando para o entendimento da localidade como um patrimônio sensível:

Mais ainda, pode-se dizer que Bento Rodrigues tornou-se um “lugar de memória sensível”. Os lugares de memória sensível são “aqueles que

despertam a memória de eventos traumáticos e dolorosos e que lidam com a história tanto de episódios como de processos mais extensos de violação de direitos humanos” (IPHAN, 2016, p.120), são lugares associados à memória de traumas, de violência, de perdas. (ICOMOS BRASIL, 2019, p. 11)

Apesar do discurso dos atingidos ter sido representado até aqui sobretudo de maneira indireta pelo *Dossiê de Tombamento*, é fundamental elucidar as diversas maneiras pelas quais – direta ou indiretamente – a fala da comunidade se fez presente ao longo da elaboração desta dissertação. Como mencionado anteriormente, o autor integrou a equipe de projetos da empresa Estilo Nacional – Arquitetura, Cultura e Preservação, contratada pela Fundação Renova para desenvolvimento dos projetos de restauração contemplados pelo PG-12 e, antes disso, compôs também a equipe de pesquisadores responsáveis pelo cadastro socioeconômico das comunidades afetadas ao longo do Rio Doce no mês subsequente ao rompimento. Dessa forma, o contato com os anseios, frustrações e angústias decorrentes do desastre teve início ainda em dezembro de 2015 e de maneira muito próxima. As entrevistas foram conduzidas junto aos pescadores – que haviam perdido a possibilidade de exercer o ofício muitas vezes herdado dos pais e avós – e junto aos agricultores familiares – angustiados pela incerteza em relação ao abastecimento de água, fundamental para a manutenção do cultivo e das criações. Tendo em vista que as equipes de pesquisa foram o primeiro meio de contato entre as comunidades e a mineradora – ainda que indiretamente -, os relatos colhidos foram extremamente sinceros e emocionados, e por mais que não tenham sido gravados e transcritos para essa pesquisa – que ainda não havia se iniciado -, influenciaram diretamente a leitura do autor acerca do tema. Posteriormente, já no âmbito do PG-12, o contato com a comunidade se deu de maneira mais restrita, de forma que para o desenvolvimento dos projetos de restauração, as entrevistas tiveram de ser conduzidas sempre com a presença de um mediador e apenas com indivíduos específicos. Por outro lado, de maneira informal, conversas e relatos foram sendo colhidos durante estadias as em Mariana, Bento Rodrigues, Gesteira e Paracatu. Além disso, como tratado anteriormente, o *Dossiê de Tombamento* já se encontrava em desenvolvimento, e uma vez que o autor já integrava o Programa de Mestrado em Arquitetura e Urbanismo da

UFMG, contatos foram sendo estabelecidos com discentes e docentes envolvidos em sua elaboração. Por fim, já no ano de 2018, o autor iniciou uma série de projetos de restauração na localidade de Barra Longa, também atingida pelo rompimento da barragem, proporcionando um contato direto com o cotidiano daquela população. Os trabalhos se estendem até a data presente, e têm previsão de continuidade para o ano de 2020.

O que tentamos ilustrar com o parágrafo anterior é que, por mais que entrevistas e grupos focais não tenham constituído o corpo metodológico dessa pesquisa, o contato com a comunidade atingida e com as questões relativas ao rompimento se deu de maneira intensa nos últimos quatro anos. Além disso, como experienciado ao longo desse período, os atingidos já manifestam forte resistência à presença da academia e dos pesquisadores, em parte em decorrência da morosidade do processo de reparação, mas também em consequência de certo fastio em relação ao assédio constante de repórteres, estudantes, professores, pesquisadores e profissionais envolvidos no processo.

Como demonstrado neste capítulo, os discursos em torno do acautelamento se emaranham em uma teia de convergências e divergências, revelando uma complexa cadeia de posicionamentos e vozes acerca da destinação. Se, por um lado, os discursos oficiais proferidos emergencialmente tinham apontado até a mesmo a intenção de demolição do restante do complexo de ruínas; em contrapartida, os discursos midiáticos, recorrentemente, se alinhavam a um imperativo moral de se refazer a localidade afetada, ao passo que os discursos acadêmicos e consultivos reproduziam recomendações permeadas pelas teorias da restauração. Há ainda, por parte dos atingidos, o entendimento de que a decisão entre a reconstrução e a conservação do estado de arruinamento seja tomada pela via democrática, como vêm sendo trabalhadas as outras questões referentes ao processo de reparação. Todavia, há que se ressaltar que a redução dos grupos de interesse a determinados discursos que os sintetizem artificializa e simplifica um contexto que, em realidade, aponta para uma enredada teia de posicionamentos, entendimentos e reconhecimentos.

2.3. Diretrizes de Preservação

Embora as discussões sejam crivadas por inúmeras variáveis e condicionantes políticas, jurídicas, culturais, afetivas e sociais, nós nos concentraremos em uma reflexão ao redor do reconhecimento e da ação sobre as ruínas pelo viés da teoria da restauração enquanto disciplina. Como apontado pelo *Dossiê de Tombamento* na seção “10.2 – Proteção dos valores e características do sítio e do seu entorno” (ICOMOS BRASIL, 2019, p. 241), o tratamento das ruínas na escala urbana deverá se conformar como um “Museu de Território”, estabelecido conjuntamente com um memorial da tragédia e por uma série de marcos que permitam a leitura da altimetria alcançada pela onda de rejeitos de minério. Para o cumprimento dessa diretriz, fica estabelecido que:

“10. Deverão ser preservadas as ruínas das edificações como se encontram, bem como a marca dos rejeitos sobre as mesmas, cuidando-se para que esta diretriz seja aceita pelos moradores e respeite o direito de propriedade de cada um deles. A retirada dos rejeitos, quando necessária, deverá ser feita de forma pontual e apenas para garantir a maior fruição do sítio tombado, a segurança e o livre acesso dos antigos moradores no uso do território para suas práticas sociais.” (ICOMOS BRASIL, 2019, p. 242)

e ainda que:

“13. As ruínas da Capela de São Bento deverão ser tombadas e continuar sua função como lugar de encontro dos moradores da localidade, assim como o uso de seu cemitério deverá ser garantido às gerações futuras. Seu restauro e futuras intervenções devem ser discutidas entre os moradores, a Arquidiocese e o CG.” (ICOMOS BRASIL, 2019, p. 242)

O que se observa é que, ainda que o diagnóstico – que trabalharemos posteriormente como ato de reconhecimento - a que se pretende o *Dossiê de Tombamento* tenha

adotado práticas e metodologias dissonantes da prática tradicional no contexto brasileiro, as diretrizes de preservação – componentes do que trataremos como “momento de ação” – retomam a lógica anti-intervencionista da consolidação de ruínas para as edificações civis, e transferem ao debate público a decisão pela adoção de uma estratégia intervencionista para a Capela de São Bento.

Observamos que, em relação às obras civis, a preservação das ruínas das edificações como se encontram “com o cuidado que esta diretriz seja aceita pelos moradores” aposta numa coletividade suficientemente coesa para tomar uma decisão orientada à manutenção do sítio. Todavia, o que se experiencia é que já existem grupos organizados divergentes entre os atingidos, além de indivíduos que sequer se organizam em coletivos, o que torna tarefa difícil um encaminhamento que garanta critérios homogêneos de preservação para o estado de arruinamento do complexo. Já em relação à Capela de São Bento, vemos que o “restauração e futuras intervenções devem ser discutidas entre os moradores, a Arquidiocese e o CG” (ICOMOS BRASIL, 2019, p. 242), o que complexificaria ainda mais o processo decisório, que passaria a envolver uma teia enredada de posicionamentos, convergências e divergências, tal como ilustrado ao longo desse capítulo. Há que se considerar, também, que o Dossiê não esclarece os critérios aos quais essa possível intervenção de restauro deveria se submeter. Dada à abertura das discussões à comunidade atingida, questões dadas como superadas pelas teorias modernas da restauração, novamente ocupam o cenário de debates. No âmbito do casario civil, por exemplo, são frequentes falas de moradores que anseiam pela possibilidade de usufruir novamente de suas propriedades seja para a limpeza, para a retirada de fragmentos importantes, seja, inclusive, para a reocupação. Já no caso da Capela de São Bento, são recorrentes as falas sobre a possibilidade de reconstrução.

Ilustrado esse cenário, nos ocuparemos nos próximos capítulos da discussão acerca dos contornos de uma intervenção de conservação e restauro sobre as ruínas de Bento Rodrigues. Embora do *Dossiê de Tombamento* traga diretrizes gerais, constatamos que os meandros de uma ação conservacionista não integraram efetivamente o escopo do trabalho. Em outras palavras, entendemos que o documento elaborado pelo ICOMOS

representa um gesto diagnóstico – na medida em que trata da maneira pela qual se dá a patrimonialização do objeto -, mas não é necessariamente propositivo, afinal não objetiva tutelar eventuais esforços de intervenção. Nesse sentido, o que intuímos é que a situação da catástrofe não apenas demandaria uma inversão de paradigmas – da conservação da matéria para a conservação de valores – tal como defendido pelo *Dossiê de Tombamento*, mas também uma revisão conceitual das teorias de conservação para subsidiar as intervenções pautadas pela conservação de valores.

3 A RUÍNA EM *TEORIA DA RESTAURAÇÃO*

“O que escreve em máximas e com sangue não quer ser lido, mas decorado.” - Friedrich Nietzsche

3.1. A perspectiva brandiana

Assumiremos, neste capítulo, uma primeira aproximação ao que se considera hoje como teoria corrente da restauração. Embora os séculos XIX e XX tenham sido marcados por esforços de inúmeros autores na direção da teorização e metodologização do restauro, trataremos da *Teoria da Restauração* do autor italiano Cesare Brandi. Publicada em meados do século XX e seguida de inúmeros esforços de teorização por outros autores, a teoria de Brandi se mantém até hoje como a mais proeminente referência na área (CARSALADE, 2015), especialmente no que tange o contexto brasileiro, em função de sua importância para a práxis da restauração no Brasil e também de seu reatamento nas normas e legislações vigentes.

Ao analisarmos a historiografia do restauro, temos que seus primórdios como ciência remontam ao século XIX e que sua consolidação como campo autônomo do conhecimento se constitui ao longo do século XX, por meio da sucessiva publicação de ensaios teóricos, das chamadas “cartas patrimoniais” e de sucessivos esforços empreendidos no intuito de disciplinar as ações de restauração (CHOAY, 2006). A preocupação com a descaracterização e conseqüente perda da qualidade documental dos monumentos e obras de arte levou uma série de autores europeus a defenderem e trabalharem sobre uma matriz de pensamento de forte influência positivista, embasada sobre a definição de princípios e métodos cientificamente determinados para o trato com os objetos artísticos.

Nesse contexto, Cesare Brandi surge como figura central para a corrente que se denominou como “restauro crítico”. À frente do Instituto Central de Restauração (ICR) de Roma, do qual foi diretor entre 1939 e 1960, coordenou a restauração de inúmeras

obras de arte destruídas durante a guerra e, influenciado por essa experiência, desenvolveu *Teoria da Restauração*. A obra delimita fundamentos teóricos para disciplinar a ação do restauro ao alinhar elaborações teóricas nos campos da estética e da história com aspectos práticos oriundos do trabalho de Brandi no ICR.

Embora a práxis do restauro arquitetônico nas localidades de Bento Rodrigues, Gesteira e Paracatu tenha sinalizado insuficiências da teoria de Brandi, é indispensável que se conduza uma leitura aprofundada de sua obra para a investigação das origens da questão. Em consonância com o aporte teórico que favorecerá a discussão do capítulo subsequente – e que será oportunamente situado e justificado -, nos guiaremos por duas perguntas fundamentais postuladas por Jacques Derrida DERRIDA, *Las artes del espacio*, 1994) como “método” de aproximação a *Teoria da Restauração*.

É necessário pontuar de antemão que Derrida foi um filósofo e linguista e que sua aproximação com as artes e a arquitetura foi pautada pelo reconhecimento de uma certa improficiência e que, dessa condição de estranhamento, surge a necessidade de um método de leitura: um método que questiona a formação da competência e os processos de sua legitimação. Não se trata, porém, de um programa rígido ou mesmo de um sistema de regras hierarquizadas, mas de uma busca pelo que define os limites de um determinado campo ou discurso e a legitimação das perguntas que se fazem acerca dele. Da aplicação do “método” – reforçam-se as aspas - desconstrucionista sobre a obra de arte, resultam os dois questionamentos fundamentais que direcionarão nossa leitura da teoria de Cesare Brandi: “com que direito fala o autor?” e “como está constituído o objeto?” DERRIDA, *Las artes del espacio*, 1994).

A fim de subsidiar esse gesto desconstrutivo, nos ocuparemos em primeiro lugar da figura de Cesare Brandi. Nascido em Siena no ano de 1906, acumulou formação acadêmica em Direito e Ciências Humanas, assumindo, em 1930, o cargo de supervisor de monumentos e galerias na Administração das Antiguidades e Belas Artes de Siena. Durante a década de 30, o teórico atuou em diversas instituições italianas, como a Universidade de Roma, como escritor, crítico e palestrante. Sua atuação e a proximidade com Giulio Carlo Argan, então inspetor da direção geral de Belas Artes e

Professor de História da Arte Moderna, renderam a Brandi o convite para instituir e organizar o Instituto Central de Restauro (ICR), em Roma, onde assumiu a diretoria em 1939 e lá permaneceu até o início da década de 1960.

No contexto sócio-político, o ano de fundação do ICR coincide com o início da Segunda Guerra Mundial. Governada pelo fascista Benito Mussolini, nomeado primeiro ministro do 1922, o Reino da Itália figurou entre as chamadas “potências do eixo”, juntamente com Alemanha e Japão. O conflito com as potências aliadas – França, Reino Unido, Estados Unidos e União Soviética – estendeu-se até o ano de 1945, o que culminou na destruição massiva de cidades italianas de importância estratégica e industrial como Roma, Milão e Turim.

Motivado pelo grotesco retrato das cidades europeias vitimadas pelos bombardeios, o ICR – tendo Brandi à frente de sua diretoria – ocupou-se do debate teórico, metodológico e prático sobre a reconstituição das identidades nacionais e do patrimônio histórico italiano. O instituto se constituiu como referência obrigatória em técnicas de restauração, proteção, salvaguarda e restauro, influenciando, fortemente, a formação de profissionais da área, como historiadores de arte e arqueólogos. Entretanto, a urgência pela recuperação dos centros urbanos, assim como a redução do objeto de interesse da restauração ao objeto artístico, resultara numa vertiginosa, sistemática e pouco criteriosa reconstrução de arquiteturas arruinadas.

Durante os 15 anos que separaram o encerramento da Segunda Guerra e o afastamento de Brandi da direção do ICR, o teórico trabalhou como especialista na UNESCO, lecionou em universidades e se ocupou da formulação do que se considerou posteriormente como teoria do restauro crítico. Num esforço de síntese de seu trabalho à frente do ICR por mais de vinte anos, assim como num possível intuito de tutela da atuação de seus sucessores, Brandi publica seu livro, *Teoria da Restauração*, em 1963.

Nas primeiras páginas de *Teoria da Restauração*, Brandi introduz o recorte filosófico por meio do qual desenvolverá o seu entendimento sobre a condição do objeto a que se dedicaria a restauração: a obra de arte. Para ele, a definição de uma obra humana

como “arte” só é possível por meio da experiência estética individual, em que um “singular reconhecimento” emergiria na consciência de cada indivíduo. Em uma concepção idealista, a obra existiria materialmente como “arte em potencial”, e só se revelaria completamente no momento da experiência. Dessa concepção surge o primeiro corolário da obra:

[...]qualquer comportamento em relação à obra de arte, nisso compreendendo a intervenção de restauro, depende de que ocorra o reconhecimento ou não da obra de arte como obra de arte. (BRANDI, 2017, p. 4)

A restauração existiria, então, como atividade indissociável à obra de arte. Uma vez reconhecida como arte, a obra condicionaria a intervenção de forma a qualificá-la como restauro, diferenciando-a dos outros produtos da atividade humana. Nesse primeiro momento de sua construção discursiva, Brandi define a artisticidade como fruto da experiência, o que, a princípio, significaria um abandono da tradição filosófica clássica idealista da imanência - em que ao indivíduo se revelariam significados universais emanantes da obra de arte, não importando a particularidade do sujeito cognitivo ou a conjuntura que a produziu (MENDES, 2012) - em prol de uma perspectiva estética fenomenológica. Um ponto vista permeado pela concepção da imanência artística, por outro lado, perceberia a obra de arte como provida de uma expressão metafísica que automaticamente se revelaria ao expectador, com toda a expressividade nela contida (CARSALADE, 2015, p. 62). Nessa perspectiva, percebe-se, na teoria brandiana, um abandono parcial da perspectiva idealista.

Embora Brandi assuma uma perspectiva fenomenológica para o reconhecimento da obra de arte como tal, é preciso elucidar que, diferentemente de uma perspectiva relativista na qual este processo se daria com certo grau de subjetivação, a obra de arte se ofereceria à consciência para recepção estruturada em duas instâncias: a instância estética, da artisticidade; e a instância histórica, que a caracterizaria como documento histórico e a situaria na dimensão temporal. Ou seja, embora a restauração como “momento metodológico do reconhecimento da obra de arte, na sua consistência física

e na dúplice polaridade estética e histórica, com vistas à sua transmissão para o futuro” (BRANDI, 2017, p. 30) , seja instituída no nível da consciência, sua condição primordial, que é o reconhecimento da obra de arte, é dada em uma base rígida e estruturada: a duplicidade estético-histórica.

O que se constata é que Brandi adota uma perspectiva contraditória em relação à imanência da obra de arte. O enunciado inicial da impossibilidade do reconhecimento da arte fora da consciência individual potencialmente resultaria em uma abertura em direção a um discurso não totalizante. Entretanto, o autor se vale da dualidade das instâncias histórico-estética para refrear esse gesto de abertura, indicando uma aproximação com a perspectiva de um reconhecimento da obra de arte como habitante de uma suposta consciência universal. Ou seja, por mais que a lógica da imanência tenha sido, pretensamente, abandonada no início da estruturação do conceito de restauração, ela é retomada pelo autor numa tentativa de universalização da conservação como imperativo moral a que estaríamos todos submetidos:

Na verdade, apesar de o reconhecimento dar-se sempre na consciência singular, naquele mesmo momento pertence à consciência universal, e o indivíduo que frui daquela revelação imediata impõe a si próprio o imperativo categórico, como o imperativo moral, da conservação. A conservação se desenreda em uma gama infinita, que vai do simples respeito à intervenção mais radical, como ocorre no caso de se remover afrescos ou de se fazer a transposição de pinturas sobre madeira ou sobre tela. (BRANDI, 2017, p. 31)

A presunção de uma consciência universal revela, por conseguinte, também a presunção de uma verdade imanente e inerente à obra de arte. A lógica da imanência constitui o primeiro empecilho à instrumentalização dos axiomas brandianos como método na prática contemporânea. Ainda que consideremos que a obra de arte é portadora de uma expressividade e consistência próprias, uma abordagem contemporânea não pode desprezar a legitimidade de condicionantes “externos” à obra, como sua importância para a cultura dos diferentes grupos sociais em tempos diversos,

sua legibilidade em função das diferenças culturais e sua figuração na memória e no imaginário coletivos. A presunção de uma verdade da obra de arte é, portanto, o pressuposto fundamental da elevação da teoria do restauro à posição de dogma, o que tornaria o arquiteto-restaurador um preceptor de princípios universais. Isso nos leva, portanto, à constatação de que a duplicidade estético-histórica é favorecedora da perspectiva da imanência.

Em seguida, veremos que a análise pormenorizada das duas instâncias revelará também pressupostos importantes ao entendimento da constituição do objeto em *Teoria da Restauração*. A análise do que é definido como “instância estética”, especificamente, conduzirá à elucidação da condição material da obra de arte. Na fenomenologia de Brandi, a cisão entre as dimensões material e imaterial do objeto se resolve pelo binário suporte – condição física da obra – e imagem – condição de devir da obra que se oferece à consciência. Embora o autor reconheça que há aspectos físicos indissociáveis da manifestação imagética, de maneira geral sua compreensão aponta para uma ideia de matéria como receptáculo da imagem. Deriva desse aspecto o primeiro axioma: “restaura-se somente a matéria da obra de arte.” (BRANDI, 2017, p. 31), que conduz para a um favorecimento da instância estética:

E será essa instância a primeira em qualquer caso, porque a singularidade da obra de arte em relação aos outros produtos humanos não depende da sua consistência material e tampouco da sua dúplice historicidade, mas da sua artisticidade, donde se ela perder-se, não restará nada além de um resíduo. (BRANDI, 2017, p. 32)

Partindo do primeiro axioma, Brandi inicia a análise do conceito de matéria em relação à obra de arte, investigação que, segundo ele, foi colocada em segundo plano pela estética idealista, pouco trabalhada até mesmo por Hegel e que adquiriu definições inoperantes na ontologia, na gnosiologia e na epistemologia (BRANDI, 2017). Com essa introdução sobre o problema da matéria, Brandi sinaliza um traço importante de *Teoria da Restauração*: para o autor, a questão do restauro é uma questão a ser resolvida no campo da *estética* como campo autônomo, como uma ciência da sensação e do

sensível, e não uma mera ciência do Belo. Para Brandi, a matéria é “epifania da imagem”, o que só é possível por um ponto de vista favorecido pela fenomenologia, que se desdobra no binário “estrutura e aspecto”:

Mas, de início, e sobretudo em relação ao restauro, deve-se definir a matéria, pelo fato de representar contemporaneamente o tempo e o lugar da intervenção de restauro. Por isso, só nos podemos servir de um ponto de vista fenomenológico, e sob esse aspecto, a matéria se mostra como “aquilo” que serve à epifania da imagem.[...] A matéria como epifania da imagem dá, portanto, a chave do desdobramento, apenas esboçado e agora definido como estrutura e aspecto. (BRANDI, 2017, p. 36)

Brandi situa, a princípio, o problema da materialidade da obra de arte em uma região do pensamento estético limitado entre os extremos representados pelo positivismo, em que a matéria existiria exclusivamente como “estrutura”, e pela estética idealista, para a qual a matéria seria exclusivamente “aspecto”. Todavia, o autor assume uma postura contraditória ao gesto inicial de mediação, definindo, enfaticamente, que, na relação dialética entre o binômio “estrutura” e “aspecto”, seria sempre o “aspecto” a prevalecer. Ou seja, desloca o problema da materialidade da arte de novo para o campo do idealismo.

O idealismo estético de Brandi se desdobra em uma tensão de difícil solução com o que o autor define como a instância histórica da obra de arte, da qual trataremos a seguir. Constituída duplamente pelo ato da criação e, em seguida, por sua insistência no presente, Brandi pondera que entre essas duas historicidades haveria ainda um período intermediário, constituído de outros tantos presentes históricos convertidos em passados. A restauração seria, então, determinada por uma relação posta pelo autor como dialética: embora seja a instância estética responsável pela existência da obra como arte e, por isso, “a primeira em qualquer caso”, não se deveria, como dito anteriormente, perder de vista a historicidade, donde se enunciaria o segundo princípio do restauro:

A restauração deve visar ao restabelecimento da unidade potencial da obra de arte, desde que isso seja possível sem cometer um falso artístico ou um falso histórico, e sem cancelar nenhum traço da passagem da obra de arte no tempo. (BRANDI, 2017, p. 33)

Se o aspecto prevaleceria sobre a estrutura, e é sobretudo a estrutura a receptora da ação deteriorante do tempo, a recuperação da imagem concomitante à manutenção integral dos traços da passagem da obra pelo tempo constitui uma impossibilidade lógica. Mais do que isso, se fosse retomada a perspectiva da imanência, haveria que se considerar que a imagem original estaria em uma dimensão atemporal e supra histórica. O que se constata é que, assim como na questão da imanência, Brandi aponta na direção de um discurso não totalizante, ao considerar uma história de múltiplas historiografias, mas desvia para uma perspectiva favorecida pelo objetivismo histórico, traço fundamental do positivismo. O favorecimento da ideia de verdade histórica ou - mesmo verdade estética – desdobra-se na impossível busca por um passado inaugural – autêntico -, o que contraria a constatação própria da contemporaneidade “de que o discurso histórico é essencialmente dedutivo e que as suas explicações são antes ‘avaliações’ que ‘demonstrações’ (CARSALADE, 2015, p. 62).

3.2. A ontologia da ruína

A compreensão da ruína legada pelos românticos é fundante e decisiva não apenas para a teoria brandiana, mas para grande parte das construções teóricas acerca da intervenção e da conservação de ruínas no século XX. Em seu ensaio "A Ruína", George Simmel, em 1907, sintetiza, de modo assertivo, o que teriam sido o espírito de época e a percepção das elites e intelectuais sobre as ruínas herdadas das grandes civilizações europeias, sobretudo do Império Romano. Simmel constitui uma ontologia da ruína construída, dialeticamente, entre valores binários: “a vontade do espírito e a necessidade da natureza”, “a alma que aspira à elevação e a gravidade que tende a descer”, “a matéria mecânica, pesada, passivamente resistente à pressão e a espiritualidade enformante”, “a finalidade que o espírito materializou” e “a informidade da mera matéria”, “finalidade e acaso”, “passado e presente” (SIMMEL, 2005). A ruína

repousaria, assim, sobre uma polaridade entre cultura e natureza, de forma que sua existência representaria uma dominância da primeira sobre a segunda.

Entretanto, a “pacificidade” lida pelos românticos nas ruínas herdadas das grandes civilizações será posta em xeque pelos eventos bélicos da primeira metade do século XX. A ruína, até então legada por um passado distante e absorvida pelas forças naturais em uma relação harmoniosa, passa então a ser conformada violentamente pelos bombardeios.

Embora a questão da perda do objeto arquitetônico não seja em si o centro das atenções dos escritos de Brandi, toda sua compreensão da necessidade de uma “metodologização” da restauração se ancora num contexto europeu vitimado pelas duas grandes guerras mundiais e marcado por duas décadas de reconstrução sistemática e pouco criteriosa dos espaços urbanos. No contexto italiano, em específico, há também que se considerar que a restauração já se configurava como um campo autônomo do conhecimento, e que seu objeto de interesse era representado pela obra de arte. A ruína aparece em *Teoria da Restauração* em momentos esparsos, sempre a título de exemplo, e não constitui propriamente um objeto de análise. Entretanto, seu estudo sobre inteiros e lacunas foi eixo condutor de toda uma práxis de intervenções em ruínas, tanto na modernidade quanto no contemporâneo, o que torna indispensável sua análise neste capítulo.

De início, é necessário que se entenda a diferenciação proposta pelo autor entre as condições de “total” e “inteiro”. O objeto artístico tomado como “total” encontra sua potencial artisticidade pela união da constelação de todas as partes que o conformam, partes estas que também manifestam condições para que sejam reveladas como arte, mesmo que tomadas individualmente. Para o autor, entretanto, o objeto artístico se realiza como um “inteiro”. No seu entendimento, a artisticidade só poderia ser construída no nível da consciência se as partes fossem tomadas como constelação, de forma que, dispersos, os fragmentos se tornariam inertes. Os fragmentos perdidos, por outro lado, constituiriam “lacunas”. Para Brandi, as “lacunas” das obras de arte se resolvem pela perspectiva da Gestalt: devem ser trabalhadas em uma relação figura-fundo, assumindo

sua existência e evitando assim integrações fantasiosas. Se na arte móvel, o problema da lacuna se desenvolve na escala do suporte; na arquitetura, essa questão toma contornos complexos e se transforma numa questão muitas vezes urbanística. Para o autor, a capacidade de uma arquitetura lacunar retornar à sua condição prévia reside na ideia de “unidade potencial”, da qual que este texto se ocupará a seguir.

A unidade potencial seria, a respeito da obra de arte, uma “unidade figurativa” que “se dá concomitantemente com a intuição da imagem” (BRANDI, 2017, p. 46) e que constitui a condição fundamental para a regulação de uma práxis da restauração. Com essas premissas, Brandi define o restauro como reencontro da perdida “unidade originária, desenvolvendo a unidade potencial dos fragmentos” (BRANDI, 2017, p. 46). Essa visão do restauro impõe uma limitação ao entendimento da obra arruinada como objeto social, pois reduz a condição da perda à definição de possibilidade da matéria remanescente atuar como suporte para revelação da imagem originária. Reforçando a análise, a perspectiva da imanência é, novamente, retomada pelo autor, que determina que a restauração deverá buscar “desenvolver as sugestões implícitas nos próprios fragmentos ou encontráveis em testemunhos autênticos do estado originário” (BRANDI, 2017, p. 47). Para o autor, “a imagem é verdadeiramente e somente aquilo que aparece” (BRANDI, 2017, p. 44), o que reforça sua indiferença à questão da subjetivação.

Uma vez definida a restauração como a operação das sugestões e dos testemunhos em direção ao retorno de um estado originário, abordaremos o tratamento dado pelo autor à questão da ruína, definida como:

[...]tudo aquilo que é testemunho da história humana, mas com um aspecto bastante diverso e quase irreconhecível em relação àquele de que se revestia antes. (BRANDI, 2017, p. 65)

Para Brandi, a ruína se diferencia das demais obras de arte justamente por não poder ser recondicionada à sua unidade potencial originária, restando a ela apenas os processos de consolidação e conservação. Isso se daria porque, diferentemente da obra de arte restaurável, o valor da ruína residiria, em essência, no seu passado, restando à

sua presença um escassíssimo valor. Sendo assim, o objetivo da ação conservativa passaria a ser o de transmitir ao futuro o testemunho histórico impresso na porção remanescente de matéria, e não mais conduzir essa porção remanescente à sua condição de unidade.

A ruína para Brandi existe e deve ser transmitida ao futuro como documento histórico sob os limites de uma intervenção conservativa, e não integrativa, sob o risco de se atentar contra a autenticidade do bem. Retomando o que foi dito anteriormente, essa lógica de compreensão da ruína e da ação conservativa sobre ela guarda fortes associações com um contexto europeu vitimado pela Segunda Guerra Mundial e submetido à reconstrução sistemática e pouco criteriosa dos espaços arruinados. Além disso, reforçando novamente a análise anterior, mostra-se afinidade com uma perspectiva histórica positivista, da qual herda sobretudo uma preocupação com a “verdade”, presente sob a forma do “autêntico”.

De maneira geral, Cesare Brandi não elegeu a arquitetura como centro de sua teoria da restauração. Pelo contrário, seu discurso se ocupa fundamentalmente da questão das obras de artes visuais. Consequentemente, o restauro arquitetônico foi trabalhado pelo autor exclusivamente do ponto de vista relativo ao conceito de integridade visual, de acordo com o qual “a obra seria um todo fechado do qual nada se poderia retirar ou acrescentar o que para a desejável sobrevivência dos artefatos arquitetônicos seria uma tarefa impossível.” (CARSALADE, 2015, p. 63).

A compreensão do objeto restaurável como um objeto artístico cindido em seus aspectos estético e histórico, consequentemente definido pelo momento vivido pela disciplina da Estética na década de 1960 e pela concepção positivista de “história” própria da primeira metade do século XX, resume a arquitetura como forma de arte independente da esfera social, emocional e política da vida humana. Nesse sentido, a perda do objeto arquitetônico a que se dedica Brandi não se constitui da mesma forma que a perda do objeto arquitetônico vitimado pela catástrofe em Mariana, por exemplo.

No rompimento da barragem de Fundão, o arruinamento de Bento Rodrigues se une à catástrofe humana e é permeado por um sentimento coletivo de insatisfação política sobre os diversos níveis de irresponsabilidade da mineradora e do poder público. Ademais, uma extrapolação da *Teoria da Restauração* subsidiada por um gesto de contextualização permite compreender que a perda do objeto arquitetônico, em Brandi, não representa uma ruptura no cotidiano, senão pelo enfraquecimento do ideal nacional resultante dos conflitos bélicos. A perspectiva da perda não passaria pelo sujeito ou pela coletividade, mas, sim, pelo seu impacto no discurso hegemônico em que o objeto figuraria como documento histórico ou como símbolo de soberania e civilização.

Por outro lado, o que intuímos é que, devido à complexidade imposta pela conservação das ruínas decorrentes de catástrofes, o pensamento brandiano se mostra insuficiente e ligado a questões políticas e filosóficas de outra ordem. A instrumentalização indiscriminada dos seus axiomas não apenas desprezaria determinadas variáveis e discursos, como também contribuiria para o seu apagamento. Nesse contexto, apontamos a necessidade de uma reflexão aprofundada sobre o problema da conservação em seus momentos de reconhecimento e proposição. Como aporte teórico para essa discussão, nos valeremos de uma abordagem pós-estruturalista, mais precisamente favorecida pela “Desconstrução”, de Jacques Derrida.

Embora tenha sido apropriada e instrumentalizada na década de 1980 para o desenvolvimento de uma arquitetura de vanguarda, a teoria da desconstrução possibilita uma compreensão sobre a transitoriedade do objeto arquitetônico pré-existente que em muito tem a contribuir com a aproximação ao objeto patrimonial, principalmente nos contextos em que este se mostre tensionado por discursos conflitantes. Nos contextos de conflito e descrença das comunidades atingidas em relação às instituições políticas e privadas envolvidas nos processos de reparação, a teoria pós-estruturalista da desconstrução de Jacques Derrida discorre sobre o entendimento do aporético, indizível e indecidível como alternativas possíveis para os binarismos radicais e excludentes, exemplificáveis, nesses casos, pelas ideias de “arquitetura *versus* ruína”, “reconstrução *versus* conservação”, presentes de maneira, muitas vezes, casuística tanto nos discursos técnicos, políticos e acadêmicos como nos populares.

4 A CONDIÇÃO ESPECTRAL DA RUÍNA

“Há mais coisas entre o céu e a terra, Horácio, do que sonha a nossa vã filosofia” – William Shakespeare.

4.1. Desconstrução e Arquitetura: antecedentes

Antes de adentrar as possibilidades de relação entre a ruína e a Desconstrução de Jacques Derrida, é necessário compreender o contexto filosófico em que ela se inicia. Sua emergência está relacionada, sobretudo, ao período político francês conhecido como *Maio de 1968*, marcado por protestos estudantis e trabalhistas que inflamaram o cenário político da França. Fortemente influenciado pelo marxismo trotskista, o movimento teve início na insatisfação de estudantes universitários com o sistema educacional, como observa Thiollent:

De modo geral, entre os principais temas de contestação universitária, destacam-se: a recusa do caráter classista da universidade; a denúncia da falsa neutralidade e da falsa objetividade do saber; a denúncia da parcelização e tecnocratização do saber; a contestação dos cursos ex cathedra; a denúncia dos professores conservadores ligados à política do governo; o questionamento do lugar que, na divisão capitalista do trabalho, os diplomados irão ocupar; a denúncia da escassez de possibilidade de empregos qualificados [...]. (THIOLLENT, 1998, p. 70)

Nesse contexto de crítica ao conservadorismo e academicismo das universidades francesas, situa-se o surgimento da corrente pós-estruturalista. O pós-estruturalismo foi uma tendência filosófica com início na década de 1960, exercendo influências diretas nos mais variados campos do conhecimento, incluindo a literatura, as artes visuais, a história e a arquitetura. Dentre seus pensadores mais expressivos, figuram autores como Gilles Deleuze, Michel Foucault e Jacques Derrida. Como sugere a nomenclatura, o pós-estruturalismo pode ser resumido como um esforço coletivo em direção à crítica

e, de certa forma, superação da corrente estruturalista representada por autores como Jacques Lacan, Ferdinand de Saussure e Claude Lévi-Strauss. Todavia, convém ressaltar que o pós-estruturalismo não é um anti-estruturalismo. Portanto, não se trata da aniquilação do estruturalismo em prol do surgimento de uma nova corrente de pensamento. Trata-se, antes de tudo, de uma construção *a partir* do estruturalismo, e não *contra* ele.

A produção pós-estruturalista é diversa e, como mencionado, permeou diversos campos do saber, de forma que o esforço de síntese de uma agenda comum aos seus expoentes não constitui o escopo desta análise. Entretanto, é possível levantar convergências que permitam o desenvolvimento do raciocínio. A primeira delas consiste no reconhecimento dos limites como inerentes e constituintes do âmago de todo e qualquer conhecimento.

Enquanto o projeto estruturalista pode ser sintetizado pela produção de conhecimento por meio da restrição e do envolvimento de diferenças no interior das estruturas, o pós-estruturalismo entende esse cerceamento como negligente e produtor de limites irregulares nas estruturas (WILLIAMS, 2012). Os limites, no estruturalismo, são entendidos como indicadores de segurança e estabilidade num dado universo de análise, de forma que a confiabilidade das fronteiras é reduzida quando comparada ao centro. Não se trata, porém, de definir o conhecimento estruturalista como alheio as mudanças. O estruturalismo compreende, sim, a mudança, mas se caracteriza pelo entendimento da primazia da norma sobre a exceção.

Para os pós-estruturalistas, entretanto, o centro das estruturas possui a mesma dose de incerteza e ambiguidade que suas fronteiras. O pós-estruturalismo projeta as ambiguidades e aporias dos limites para o interior do núcleo do conhecimento e eviscera a vulnerabilidade das verdades produzidas por esse conhecimento. Para Williams, isso significa que:

[...]qualquer forma estabelecida de conhecimento ou bem moral é feita por seus limites e não pode ser definida independentemente deles. Significa também que qualquer exclusão desses limites é impossível.

[...]A verdade de uma população está onde ela está mudando. A verdade de uma nação está em suas bordas. A verdade da mente está em seus casos limítrofes. (WILLIAMS, 2012, p. 15)

Justamente por reconhecer o potencial inerente das situações excepcionais na construção do conhecimento é que, como veremos, o pós-estruturalismo e, mais especificamente, a Desconstrução, constituirão o referencial teórico desta busca pelas reverberações resultantes das situações catastróficas nas práticas contemporâneas e leituras das teorias “clássicas” da restauração arquitetônica.

A desconstrução é uma corrente teórico-crítica atribuída ao filósofo argelino Jacques Derrida e categorizada, usualmente, como uma teoria de orientação pós-estruturalista. Embora seja notória a relação direta entre autor e a desconstrução, Derrida não reivindica para si a autoria do termo. Entretanto, segundo Solis, “aos poucos, mesmo que por exigências exógenas, a palavra desconstrução foi se impondo a Derrida, o que o obrigou a delimitar seu campo e significado.” (SOLIS, 2009, p. 30).

A relação de Derrida com a Desconstrução evidencia um traço importante da teoria desconstrutivista. Justamente por não almejar o posto de autor e emissário dessa corrente teórica, Derrida não se ocupou em sintetizá-la em um sistema de pensamento, um método de interpretação ou uma corrente crítica consolidados. Dessa forma, o que se entende por Desconstrução tem sido alvo de inúmeras e, por vezes, divergentes interpretações, condição favorecida, inclusive, pela complexidade de sua retórica.

Apesar de ter se dedicado, principalmente, à crítica literária e ao estudo da linguagem e de não pertencer, propriamente, ao campo da arquitetura ou das belas artes, Derrida e o desconstrutivismo tiveram grande influência em ambas as áreas, sobretudo na década de 1980. Suas ideias foram trabalhadas, nesse período, por artistas e arquitetos que, na busca por uma nova arte emancipada dos dogmas herdados da cultura clássica e perpetuados pelo modernismo, valeram-se da teoria de Derrida para fundamentar um discurso de desarticulação e desestruturação de certezas e predeterminações.

No campo específico da arquitetura, a influência de Derrida teve início nos anos 1980 a partir do interesse dos arquitetos Bernard Tschumi e Peter Eisenman, no contexto de desenvolvimento dos projetos para o Parque de La Villete, em Paris, e da Guardiola House, em Santa Maria del Mar, respectivamente. O Parque La Villete é, sem dúvida, a mais significativa tentativa de transposição da Desconstrução para o campo arquitetônico e surge de uma colaboração entre os dois arquitetos e o filósofo Jacques Derrida. A parceria resultou, principalmente, em uma lógica projetual de deslocamento e inversão das oposições e hierarquias da arquitetura de herança clássica. Nesse sentido, a inspiração derridiana é entendida, em especial, no campo do programa, da forma e da representação.

O produto dessa colaboração em La Villete é extremamente controverso. Do ponto de vista dos teóricos e críticos de arquitetura, o ponto de vista desconstrutor foi, inclusive, recebido como conservador e incapaz de produzir resultados realmente novos (SOLIS, 2009, p. 118). Os desentendimentos permearam também a relação de parceria entre Eisenman e Derrida. Em uma entrevista concedida em 1988, Derrida afirmou ter sido convidado pelo arquiteto a contribuir arquitetonicamente – e não apenas textualmente – no projeto Choral Work, uma intenção de materialização da ideia derridiana da Chora platônica. A experiência, entretanto, foi marcada principalmente por divergências acerca de ideias centrais como forma, função, presença e ausência. Sobre seu colaborador, Eisenman afirmou posteriormente:

“He wants architecture to stand still and be what he assumes it appropriately should be in order that philosophy can be free to move and speculate [...] he said things to me that filled me with horror: ‘How can it be a garden without plants?’, ‘Where are the trees?’, ‘Where are

the benches for people to sit on?” This is what philosophers want, they want to know where the benches are.” (EINSENMANN, 2008)⁴

Embora questionáveis, os resultados das colaborações entre a arquitetura e a desconstrução lograram na concepção de arquiteturas ditas desconstrutivistas, com feições vanguardistas. A corrente ganhou contribuições também de arquitetos não necessariamente vinculados à desconstrução derridiana, como Frank Gehry e Zaha Hadid. Se por um lado o discurso da arquitetura desconstrutivista caminhou para uma discussão acerca da representação dentro da estética, por outro lado Derrida, gradativamente, se afastou dessas questões e se aproximou de temas como a política, o amor e a alteridade (SOLIS, 2009).

Uma vez definido esse panorama geral, fundaremos nossa investigação justamente nas possibilidades oferecidas pela desconstrução como arcabouço conceitual para o reconhecimento e a ação de conservação sobre os escombros resultantes da catástrofe em Bento Rodrigues. A desconstrução aparecerá e acontecerá na espacialidade dada – preexistente ainda que destruída - e não necessariamente como suporte para a asserção de uma arquitetura por vir.

4.2. O luto e a espectralidade

Como demonstrado no capítulo anterior, a aproximação à arquitetura vitimada pela catástrofe mediante o conceito brandiano de “unidade potencial da obra” impõe uma limitação ao entendimento da obra arruinada como objeto social e cultural. Ainda que parta de uma abordagem fenomenológica, Brandi retorna, de forma recorrente, à perspectiva da imanência e, ainda que sugira que a artisticidade esteja sujeita às

⁴ “Ele quer que a arquitetura permaneça estática e seja o que ele assume que ela deva ser, afim de que a filosofia seja livre para se mover e especular. Ele disse coisas para mim que me encheram de horror: ‘como algo pode ser um jardim sem ter plantas?’, ‘onde estão as árvores?’, ‘onde estão os bancos para as pessoas se sentarem?’. Isso é o que querem os filósofos: eles querem saber onde os bancos estão.” Tradução nossa.

influências de um espírito de época - o que não é propriamente uma noção de cultura - , sua compreensão ontológica da ruína esvazia o processo de reconhecimento e intervenção conservativa de qualquer possibilidade de subjetivação.

Em oposição a essa ontologia da ruína, avançaremos em direção à questão da arquitetura arruinada por intermédio da dimensão subjetiva da perda, o que, na psicanálise de Sigmund Freud, definiu-se como o “afeto do luto” e que, como veremos, foi ponto de partida das elaborações de Jacques Derrida sobre a condição do “espectro”.

No ensaio Luto e Melancolia, publicado pela primeira vez em 1917, o psicanalista desenvolve, a partir da experiência da Primeira Guerra Mundial, uma teoria da reação à perda da pessoa querida ou de uma abstração que esteja em seu lugar, como pátria ou liberdade, e constata que o luto se manifesta em um estado de ânimo doloroso, no qual há uma:

[...]perda de interesse pelo mundo externo – na medida em que este não faz lembrar o morto -, a perda da capacidade de escolher um novo objeto de amor – em substituição ao pranteado – e o afastamento de toda e qualquer atividade que não tiver relação com a memória do morto. (FREUD, 2014, p. 21)

Para Freud, o sujeito possui uma certa dose de capacidade para o amor, designado, na psicanálise, como libido (FREUD, 2014). Sendo assim, constatada a perda por uma prova de realidade, o trabalho do luto consistiria na retirada da libido de todas as ligações remanescentes entre o sujeito e seu objeto amado.

A assimilação dessa ideia pode parecer simples, por um primeiro olhar, se considerarmos, por exemplo, o objeto de desejo como uma pessoa querida. Nesse caso, a perda se daria pela morte: o abandono da “pessoa espiritual” de sua manifestação corpórea, restando-nos a aceitação e o cumprimento dos rituais fúnebres. Findados os rituais, nada restaria do morto senão sua ausência, e cedo ou tarde viria a consciência profunda de que o ente querido não está mais ali e, sobretudo, não poderá voltar a estar.

Entretanto, como formulado por Paul Ludwig Landsberg em *Ensaio sobre a experiência da morte e outros ensaios*, a morte como fim absoluto escapa às possibilidades racionais de compreensão: é uma ideia vazia cuja experiência nem mesmo a angústia da morte pode nos fornecer (LANDSBERG, 2009). As formas de fé na vida após a morte – sejam elas cristãs ou não – concordam com a impossibilidade dessa experiência. Nesse sentido, a pessoa espiritual não é dada como aniquilada, mas apenas evanescida. Trata-se da transferência de sua existência para um campo superior de vida a que, eventualmente, todos nós ascenderíamos. Para Landsberg, o espírito libertado de seu receptáculo biológico tomaria, então, a condição de um espectro que, mesmo inegável, não está presente de modo completo (LANDSBERG, 2009).

Ao trazer para Freud o entendimento da morte como uma desconexão entre matéria e espírito, ou mesmo de como um breve desencontro a ser retomado numa dimensão superior de existência, a experiência do luto adquire contornos difusos. De forma similar, tratando-se do objeto de desejo de uma obra humana, como a arquitetura, a perda também não poderá ser experienciada com a mesma clareza, já que a relação entre “matéria” e “imatéria” no campo dos objetos também não possui um elo tão evidente quanto aquele observado numa concepção de vida puramente biológica. Em contraposição, a arquitetura é feita para resistir ao tempo e, mesmo que vitimada pela catástrofe, raramente se acaba. A arquitetura não morre, torna-se ruína, e também a ruína é capaz de se fazer presente. Se a perda do objeto arquitetônico desejado não se define claramente, seja no espaço, seja no tempo, isto é, se não oferece provas cabais de sua realidade, o sujeito permanece, então, incapaz de direcionar sua libido para a escolha de um novo objeto. Contudo, há também que se considerar que o mesmo sujeito capaz de reconhecer unidade nos resquícios da arquitetura arruinada, pode igualmente tomá-la como irrecuperável. Ou seja, a própria ideia da perda é definida com certo grau de subjetividade.

Por uma leitura de cunho freudiano, seriam duas as possibilidades de reação do sujeito em relação ao arruinamento do objeto. A primeira diz respeito à expectativa de retorno, quando o abalo não será assimilado como fatal. A segunda diz respeito à liberação da libido para escolha de um novo objeto quando o primeiro é dado como acabado, anseio

lido na fala do antropólogo e pesquisador Eduardo Viveiro de Castro acerca do incêndio no Museu Nacional, no Rio de Janeiro, em 2018: “Gostaria que o Museu Nacional permanecesse como ruína, memória das coisas mortas” (CASTRO, 2018).

Isto quer dizer, a princípio, que, numa concepção de objeto restaurável que não mais se restrinja às instâncias documentais e estéticas, mas que seja sensível à esfera emocional da vida humana, as duas saídas possíveis para a atuação sobre a ruína seriam: a reconstrução, em atendimento à expectativa de retorno; e a aceitação do arruinamento. A distância entre essas atitudes aparentemente inconciliáveis poderia ser, a partir de uma leitura freudiana, a vivência do luto.

Para Derrida, entretanto, o processo do luto não seria, como para Freud, uma questão de tempo, e sim um processo interminável, o que corrobora com aquilo que foi dito a respeito da impossibilidade de racionalização da experiência da morte por Paul Ludwig Landsberg.

É justamente no entendimento derridiano do luto interminável que se enraíza a sua noção de spectralidade, condição que atravessa grande parte sua obra. Em uma entrevista concedida à Folha de São Paulo na ocasião do lançamento de *Espectros de Marx*, Derrida explicita o elo existente entre as duas condições:

Há já muito tempo, eu me interesso pelo trabalho do luto na psicanálise e para além da psicanálise. Escrevi sobre o assunto em "Glas" e em certas introduções a obras de psicanálise. Quando a gente se interessa por esse trabalho, tem que se ocupar do retorno do fantasma. Procurei mostrar, a partir de Freud e contra ele, que o trabalho de luto é interminável. Foi, portanto, a partir de uma reflexão sobre o luto que eu cheguei a privilegiar a spectralidade e, em "Espectros de Marx", a gente encontra muitos fios de pensamento já bem antigos. (DERRIDA, *Caça aos fantasmas de Marx*, 1994)

Como lido em Freud, o processo de luto consistiria no estabelecimento de um limite entre o eu vivo e o morto. Utilizando-se da expressão trazida por Jacob Rogozinski a partir da leitura de Daniel Lagache, a lógica do luto seria o “matar a morte”⁵ (ROGOZINSKI, 2015). Entretanto, uma leitura cautelosa dessa expressão a partir do que foi escrito até agora revela uma impossibilidade lógica: a morte como finitude representa uma aporia, logo não pode servir como encerramento para si mesma, já que racionalização de seu encerramento nos escapa à compreensão. Numa lógica derridiana, afirmar a morte da morte não seria revogá-la, e sim reforçá-la, o que implica na impossibilidade do luto como processo finito. Sua conclusão existiria sempre num tempo por vir, como promessa, por conseguinte não poderia sequer ser enunciada.

Para Derrida, a figura espectral é aquela que existe no espaço do indecível, entre aquilo que se vê e o que não se vê; aquilo que não é nem inteligível, nem sensível, nem visível, nem invisível. O espectro escapa às oposições metafísicas: não é isto ou aquilo, mas algo que para sempre existirá no abismo aporético entre isto e aquilo. Para o autor:

[...]um espectro é algo que se vê sem ver e que não se vê ao ver, a figura espectral é uma forma que hesita de maneira inteiramente indecível entre o visível e o invisível. O espectro é aquilo se pensa ver, "pensar" desta vez no sentido de "acreditar", pensamos ver. Há aí um "pensar-ver", um "ver-pensado". Mas nunca se viu pensar. Em todo caso, o espectro, como na alucinação, é alguém que atravessa a experiência da assombração, do luto, etc., alguém que pensamos ver. (DERRIDA, 2012, p. 68)

Por se tratar de uma categoria resistente às categorias filosóficas a que Derrida dedicou-se a desconstruir, a espectralidade foi a ideia chave para a Desconstrução DERRIDA,

⁵ Famosa citação do psicanalista francês Daniel Lagache citada por Paulo Endo em “Pensamento como margem, lacuna e falta: memória, trauma, luto e esquecimento”. REVISTA USP, São Paulo, n. 98, p. 41-50, JUNHO/JULHO/AGOSTO 2013

Caça aos fantasmas de Marx, 1994)). E é justamente por equacionar aquilo que existe entre o visível e o invisível, sem buscar uma saída pelo consenso, que se torna também uma ideia com grande potencial para a compreensão da questão da arquitetura vitimada pela catástrofe.

Conforme exposto anteriormente, a impossibilidade de encerramento do processo de luto pela arquitetura arrasada reside na relação insolúvel de quebra do vínculo entre a “matéria” e a “imatéria”, em uma ruptura traumática do tempo que, de maneira similar à experiência da morte, também escapa às possibilidades de racionalização. A primeira implicação desse pressuposto está, sobretudo, no campo da linguagem. A utilização da terminologia “ruína” ou “arruinado” carrega, em si, a inferência da finitude, a qual, como visto até aqui, não encerra a experiência da perda.

Retomando os relatos trabalhados no primeiro capítulo, torna-se mais clara a impossibilidade de que a questão da destruição da Capela de São Bento se resolva pela via do discurso brandiano ancorado no conceito de unidade potencial, o que indica uma segunda implicação. A Capela existe agora como um espectro sobre seus escombros, e a decretação ou não de seu fim não pertence nem pode pertencer ao campo da teoria da restauração: o espectro habita o espaço do aporético, e a arquitetura em escombros – não mais ruína – é espectral.

As ontologias modernas da ruína - sejam elas herdeiras da tradição romântica, fundadas no cientificismo, sejam elas influenciadas pela destruição belicista das grandes guerras – fundaram discursos de conservação apoiados na definição irrevogável de que a ruína seria uma arquitetura desprovida de condições materiais de transmitir sua imagem originária. Entretanto, “no sentido tradicional, [...], um espectro assombra, obsidia, atrai e afasta ao mesmo tempo, aterroriza. Então, a tradicional ontologia dá lugar à *hontologia* (no inglês *hauntology*)” (SOLIS, 2011, p. 164), num jogo de palavras proveniente da expressão inglesa “to haunt” (assombrar, aparecer, aterrorizar).

Ao passo que a ontologia figura como o ramo da filosofia que indaga o que realmente existe, a hontologia, para Derrida, seria produzida a partir da leitura dos espectros, como

uma ontologia que daria conta do ser que, entretanto, não se deixa mais capturar por ela (SOLIS, 2014). A hontologia seria, portanto, um gesto de desconstrução das certezas da ontologia clássica, das quais evidentemente as teorias modernas da conservação são herdeiras.

Se a condição de espectralidade promoverá, de imediato, um deslocamento da ontologia da ruína para uma hontologia da ruína, quais seriam os desdobramentos desse desvio na lógica do reconhecimento das ruínas de Bento Rodrigues? É justamente nesse contexto de desestabilização das estruturas de reconhecimento, isto é, de relação com a alteridade, que pensaremos a noção derridiana de *rastro* a que nos dedicaremos a seguir. Nesse sentido, convém ter em mente a observação de Dardeau:

É neste ponto, justamente, que aparece a noção de *rastro* como uma outra forma de pensar a alteridade, ou como o (não) lugar da alteridade, uma vez que o *rastro* não é nem presença, nem ausência. É um entre que respeita a herança, o assombramento do outro e reconhece, por conseguinte, a impossibilidade do acesso à alteridade enquanto tal, dado que o outro sempre já se nos escapou. (DARDEAU, 2012, p. 76)

4.3. O reconhecimento pelo *rastro*

Como mencionado anteriormente, Jacques Derrida ocupou-se, largamente, do estudo da linguística, campo em que se enraízam, inclusive, suas formulações sobre as artes do visível. Nesse contexto, é da sua crítica à teoria dos signos de Ferdinand de Saussure

que se desdobram os quase-conceitos⁶ *rastro* e *diferença*, fundamentais para a aproximação à espectralidade.

Apesar de a reconstituição do pensamento originário de Saussure não ser objeto desta análise, é necessário retomar, ainda que em linhas gerais, os contornos de sua teoria - a semiologia – e de seu objeto – o *signo*.

A semiologia – ou semiótica – surge, na pós-modernidade, marcada por uma renovação do interesse pelo problema do sentido e pode ser definida como uma “teoria geral das representações”, dedicada ao estudo dos fenômenos culturais considerados como sistemas de significação, tais como sistemas de comunicação, práticas sociais e comportamentos (HOUAISS, 2001). A teoria foi desenvolvida principalmente pelos autores Ferdinand Saussure, de quem nos ocupamos nesta seção, e Charles Peirce, tendo ainda outros autores de grande importância, como o italiano Umberto Eco. Ainda de acordo com o Dicionário de Filosofia de José Ferrater Mora, a semiologia pode ser definida como “uma teoria geral de todos os signos” (MORA, 2004).

Por sua vez, o objeto da semiologia, o *signo*, pode ser definido tomando como exemplo a língua falada. Na língua, o signo estaria estruturado em duas dimensões: aquela do sensível – o som propriamente dito – e aquela do inteligível – o conceito ou ideia representada pelo som. Além disso, estaria relacionado a um referente – a coisa em si. Como bem definido por Solis:

[...] para Saussure o signo é definido como a associação de um significante a um significado, como o nexos entre o conceito (significado) e a imagem acústica (significante), tendo por função representar a coisa durante a sua ausência. [...] Significante e significado,

⁶ A desconstrução trabalha com a noção de quase-conceitos por entender que o pensamento estruturado em conceitos é universalizante e totalizante. Os quase-conceitos possuem características de ambivalência, dimensões aporéticas e referem-se sempre a um meio, nunca à uma origem ou fim.

indissociáveis no signo, representam o referente em sua ausência, mas dele não se separam inteiramente. (SOLIS, 2009, p. 58)

Como observa Solis, a teoria de Saussure é constituída por três propriedades interdependentes e que, como veremos, originarão os conceitos de *rastro* e *diferença* em Derrida (SOLIS, 2009). Além disso, é importante ressaltar que, embora a semiologia de Saussure seja construída principalmente como uma teoria da comunicação no âmbito da língua, o autor a definirá:

[...]como um sistema de signos que expressam ideias, sendo por isso comparável à escrita, ao alfabeto dos surdos-mudos, aos ritos simbólicos, às fórmulas de urbanidade, aos sinais militares etc. (SAUSSURE, 2006, p. 24).

Ou seja, mesmo que Saussure tenha se ocupado e tomado como ponto de partida a língua, é perfeitamente possível pensar, com as devidas precauções, a reverberações de sua teoria para outras formas de linguagem como a arquitetura.

A primeira dessas propriedades é definida por Solis como o *princípio da diferenciação* (SOLIS, 2009, p. 60). Como observa a autora, o entendimento da língua em Saussure aponta para um jogo de valores em que os termos valeriam não pelo que os constitui positivamente, mas, sim, pelo que os diferenciam dos demais. As linguagens se constituiriam, então, como sistema de *signos* relacionados pela diferenciação entre eles. Segundo Solis (2009), a diferenciação, em Saussure, é criticada por Derrida, pois se constitui exclusivamente no campo ontológico. O termo *ontológico* aparece aqui alinhado com a definição do dicionário filosófico *O Livro da Filosofia*, no qual a ontologia figura como “ramo da filosofia que indaga o que realmente existe, enquanto distinto da natureza do nosso conhecimento sobre ele” (BUCKINGHAM, 2013). Ou seja, para Saussure, a diferença se constituiria de maneira objetiva e apreensível, como coisa em si. Tomando como exemplo a linguagem musical, seria como dizer que, para o linguista suíço, as notas musicais valeriam pela diferença de frequência entre elas, e não pela frequência que as determina. Além disso, a diferença entre as frequências seria,

perfeitamente, apreensível e objetiva, tal como determinaria uma operação matemática de subtração entre notas – frequências – diferentes. A partir dessa elaboração, é possível estabelecer que a semiótica de Saussure aponta para uma compreensão da língua que, conquanto admita uma certa historicidade – uma vez que não existiriam condições positivas de estruturação do significante e, portanto, sua definição estaria temporalizada -, denota uma dimensão ontológica, afinal as diferenças por elas mesmas existiriam objetivamente independente da construção de sentido que fizéssemos sobre elas.

Derrida, por sua vez, advoga no sentido de uma *diferença* que, ela mesma, difere: uma *diferença* que não se constitui metafisicamente, mas pela relação de distinção entre *diferenças* e *significantes*. De maneira sintética, é possível dizer que enquanto a *diferença* em Saussure existe estaticamente, em Derrida ela está em constante movimento através da cultura. É esse jogo de *diferenças* que se define pelo termo *diferença* com “a”.

A segunda e a terceira propriedade são definidas por Solis como o *arbitrário do signo* e a *linearidade do signo*, os quais analisados, conjuntamente, e à luz da *diferença* darão origem ao conceito de *rastro* (SOLIS, 2009, p. 59). Como definido por Saussure no *Cours*:

[...]o laço que une o significante ao significado é arbitrário ou então, visto que entendemos por signo o total resultante da associação de um significante com um significado, podemos dizer mais simplesmente: o signo linguístico é arbitrário.” (SAUSSURE, 2006, p. 80)

O *arbitrário do signo*, portanto, dirá respeito, sobretudo, à inexistência de nexos causal, relação natural ou determinação metafísica entre o significante – sensível – e o significado – inteligível. A *linearidade do significante*, por sua vez, tem sua definição fundamentada na língua falada. Sua desconstrução constitui, por essência, a ideia derridiana de *rastro*, derivada, a posteriori, para outros sistemas de signos para além da linguística, o que coaduna com a declaração anterior de que a derivação das

construções teóricas de Saussure para outros sistemas de signos não constitui uma incongruência e está no campo das possibilidades. Para o autor, os significantes linguísticos, por serem materialmente auditivos, desenvolvem-se sequencialmente – e linearmente - no tempo, simultaneamente distanciados e definidos por suas diferenças

Uma vez que as diferenças em Derrida estariam em constante movimento para que, no sistema de signos, os sentidos possam ser diferidos – o que definimos anteriormente como *diferença* -, sua elaboração a respeito da linearidade do significante aponta também para uma condição temporal de significação. Se, em Saussure, os significantes se desenvolvem no tempo com uma clareza demarcada, com objetividade, por suas diferenças; em Derrida, os significantes surgirão marcados por *rastros* dos elementos passados e futuros:

A *différance* é o que faz com que o movimento da significação só seja possível se cada elemento dito (presente) ... se referir a uma outra coisa que ele mesmo, guardando em si a marca do elemento passado e logo se deixando escavar pela marca de sua relação com o elemento futuro, o *rastro* não se relacionando menos com o que se chama presente pela relação mesma com o que ele não é. (SOLIS, 2009, p. 63)

Tomando como ponto de partida a língua, sistema de signos a que Saussure se dedicou de fato, a definição do *rastro* pode ser imaginada com certa clareza, embora materialmente, no campo auditivo, não seja propriamente apreensível. Clarificando o exemplo dado por Derrida, o *rastro* seria a marca auditiva assinalada por um som no próximo som, de forma que todas as materialidades sonoras estivessem sempre sujeitas às marcas deixadas por um som anterior e pelas marcas decorrentes de sua relação com o som que estivesse por vir. Em “Pensar em não ver – Escritos sobre as artes do visível” o autor observa:

O *rastro* é a própria experiência, em toda parte onde nada nela se resume ao presente vivo e onde cada presente vivo é estruturado como

presente por meio da remissão ao outro ou à coisa, como *rastro* de alguma coisa outra, como remissão a. Desse ponto de vista não há limite, tudo é *rastro*. (DERRIDA, 2012, p. 79)

O que se evidencia pela maneira como se conforma o efeito do *rastro* em Derrida é que há um impedimento sobre a apreensão completa do objeto numa condição definitivamente presente, por consequência uma impossibilidade de acesso à dimensão metafísica do mesmo. Embora essa construção pareça apontar para uma negação de toda e qualquer metafísica, ela, na verdade, aponta – como é transversal à desconstrução – não para uma destruição, mas para uma crítica à estrutura presentificadora da metafísica. O *rastro* é, sobretudo, “aquilo que rompe com qualquer possibilidade de presença” (DARDEAU, 2012, p. 77).

Isso nos leva a crer que o reconhecimento do objeto pelos seus *rastros* deverá ser pautado pela compreensão da impossibilidade de acesso à totalidade do sentido desse objeto e, conseqüentemente, pelo entendimento de que esse objeto será portador de complexidades irredutíveis e indecíveis. Mais que isso, caberá sempre o entendimento de *algo* não apenas *é*, mas *é para alguém*. O objeto será ou poderá ser não somente isto ou aquilo, mas igualmente isto e aquilo, ou mesmo um *entre* isto e aquilo, por mais antagônicas e inconciliáveis que estas esferas de significação possam ser. A título de exemplo, seria como dizer que o sentido tal como o apreendemos nunca totalmente “*é*” ou “*está*”, condição favorecida pela língua francesa pela duplicidade contida na matriz do verbo “*être*”, que corresponde igualmente às duas possibilidades: ser e estar. Essa condição de mediação, por outro lado, toma contornos menos definidos na língua portuguesa pela disponibilidade tanto do verbo “*ser*” quanto do verbo “*estar*”. A arqueologia dos *rastros* nos permite compreender que o sentido apreendido a partir do outro – ou seja, aquilo que constitui sua alteridade -, nunca “*será*”, tampouco “*estará*”, mas existirá sempre entremeado pelo que “*foi*” e iluminado pelo que “*será*”. Nesse sentido, o outro oscilará sempre entre o que que se vê – por mais volúvel que venha a ser sua presença -, e o invisível – passado e futuro. Nesse aspecto, fica clara a convergência entre o reconhecimento pautado pelo *rastro* e a aproximação à espectralidade.

Retomando o exemplo a que viemos nos dedicando até então, intuímos que a textualidade dos escombros de Bento Rodrigues oscilará sempre – independente do discurso em que posa figurar –, entre as condições de integridade e arruinamento. A Capela de São Bento, portanto, é – ao menos no recorte geracional vitimado pela catástrofe – ao mesmo tempo: igreja e ruína, local de fé e de dor, receptáculo de vida e depositário da morte.

Se a arquitetura vitimada pela catástrofe é frequentada pelos espectros da sua condição passada e se, por consequência, seu reconhecimento deve passar pela compreensão de que sua totalidade não pode ser apreensível, uma teoria da conservação e do restauro que dependa do reconhecimento de uma condição definitiva para o objeto em questão – ruína ou arquitetura -, acabará, fatalmente, por se evidenciar como inadequada e insuficiente antes mesmo de alcançar o momento da ação. Sendo assim, pelo desdobramento do conceito do *rastro* à sua relação com a alteridade e com a presença, chegamos a uma possibilidade de reconhecimento das ruínas de Bento Rodrigues em sua dimensão espectral, buscaremos, doravante, nas elaborações de Derrida acerca do *método*, perspectivas para uma postura da ação, conservacionista e arquitetônica, sobre esse objeto.

4.4. O caminho e o método

Uma vez reconhecida a condição espectral dos escombros de Bento Rodrigues, manifesto o desejo público de conservação e transmissão de seus remanescentes às gerações futuras e definida a impossibilidade de acesso à totalidade de seu sentido, é inevitável que se discutam, em seguida, o papel e os contornos de uma teoria da conservação arquitetônica incumbida da preservação do sítio.

Como visto no capítulo anterior, a teoria conservacionista brandiana é marcada por uma leitura ontológica da ruína, herdeira do cientificismo do início do século XX e fortemente influenciada pela devastação da Segunda Guerra Mundial. Para Brandi o reconhecimento da ruína como tal se resolveria pela lógica da *unidade potencial*, condição intrínseca à obra, porém será justamente esse esforço de totalização e de

domínio absoluto sobre o reconhecimento que será criticado pela perspectiva desconstrutivista. Como observa Solis, a arquitetura foi e ainda é dominada pelo “logos”, e, por consequência, por uma filosofia logocêntrica da arquitetura (SOLIS, 2009, p. 79), a desconstrução - pós-moderna por excelência – almejará, desse modo, representar o fim desse projeto de dominação, além do reconhecimento de seu fracasso (DERRIDA, 2008). Através dos axiomas, dos rigorosos princípios fundamentais e norteado pela válida preocupação de que sua obra pudesse efetivamente direcionar e disciplinar o trabalho do restaurador, Brandi ultrapassa o limite de uma teoria voltada ao reconhecimento pela fenomenologia e determina também um método de ação.

Reconhecemos e coadunamos com os defensores da teoria brandiana, entretanto, que esse método de ação vem sendo sistemática e indiscriminadamente reproduzido nos meios profissionais, muitas vezes desviados de suas origens fenomenológicas, historiográficas e mesmo metafísicas, resultando em justificativas para intervenções muitas vezes questionáveis e pouco criteriosas. Por outro lado, nos afastamos dessa leitura na medida em que questionamos, além da reprodução do método, a própria adequação da lógica de reconhecimento que atravessa a *Teoria da Restauração*.

Sendo assim, inferimos que, para a determinação de uma estratégia de ação no campo da conservação arquitetônica que seja capaz de lidar com as complexidades definidas nas seções anteriores, não bastaria apenas uma releitura atenta e criteriosa das teorias correntes, tampouco a crítica e substituição do método brandiano por outro método que se acredite mais contemporâneo ou sustentado por estruturas que se julguem mais adequadas. Como observa Derrida:

[...]a desconstrução não é uma tomada de posição com relação às estruturas político-institucionais que constituem e regulam nossa prática, nossas competências e nossas performances. (DERRIDA, 1990, p. 424)

Isto não quer dizer, entretanto, que caminhamos em direção ao completo abandono das teorias e das metodologias, rumo a uma adesão ao completo casuísmo. Nesse contexto,

cabe reafirmar que o compromisso da desconstrução se diferencia da destruição. De acordo com Solis:

Desconstrução, como já foi evidenciado tantas vezes, não é destruição. E se o apagamento do anterior ou do passado fosse realizado e uma nova ordem em arquitetura fosse “construída”, se trataria da reprodução, mais uma vez, dos velhos esquemas, como observa Derrida. (SOLIS, 2009, p. 80)

A reflexão de que nos ocuparemos a partir de agora tratará de um pensamento da conservação que, sem perder de vista a dimensão prática, não se estruture em torno de um jogo de regras axiomáticas calcadas numa suposta questão universal da conservação e da restauração, mas que esteja, de fato, ligado às especificidades, às complexidades e às indecidibilidades relacionadas à conservação e à transmissão ao futuro dos escombros de Bento Rodrigues. Para favorecer essa discussão, nós nos apropriaremos das elaborações de Derrida acerca do *método*.

Para Derrida, há uma distinção fundamental entre as ideias de *método* e *caminho*, isto é, entre *methodos* e *odos*, questão trabalhada por ele na entrevista “Uma arquitetura onde o desejo possa morar” (DERRIDA, 2008). Na conversa com Eva Meyer, o autor remonta à tradição filosófica ocidental de utilização da arquitetura como metáfora do pensamento para cogitar a possibilidade de existência de um pensamento arquitetural que, ao contrário da separação entre *theoría* e *práxis*, estivesse arraigado no fato arquitetônico. Como menciona Derrida, para Aristóteles, o *architekton* seria o “teórico que também é capaz de ensinar e manter sob suas ordens os trabalhadores incapazes de pensar de forma autônoma” (DERRIDA, 2008, p. 166), denotando uma subordinação de todos os sistemas ao pensamento e justificando, em certa medida, o porquê da metáfora arquitetônica ter sido tão cara ao pensamento ocidental, ainda que referente a formas de linguagem que não estivessem relacionadas com a arquitetura. Nesse sentido, Derrida conjectura que, para existência de um pensamento arquitetônico indissociável da *práxis* – o que já não se reconhecia mesmo em Aristóteles -, sua essência deveria estar, sobretudo, no entendimento de que a arquitetura, como toda

modalidade de linguagem, seja ela escrita, falada, gráfica ou arquitetural, sugeriria e necessitaria de alguma forma de espacialização para que dela nos aproximássemos sem, entretanto, que a essa espacialização a linguagem pretendesse dominar.

Em outras palavras, Derrida sinaliza que, para uma reconciliação entre a teoria e a prática, o pensamento arquitetônico deveria ser comparado ao desbravamento de um caminho. Para o autor, o caminho representa a infinidade do pensamento, enquanto o método é uma técnica, um procedimento para obter o controle do caminho para torná-lo viável (DERRIDA, 2008, p. 167). Como lido pelo autor a partir de Heidegger, a definição do caminho – ou seja, do pensamento – como um método, corresponde a uma época da filosofia bem representada por René Descartes e seu *Discurso do Método* (DERRIDA, Las artes del espacio, 1994). Para Derrida, esse momento da filosofia corroborou com o ocultamento da natureza infinita do pensamento, reduzindo-a à condição metodológica.

Embora a questão da *theoría* e *práxis* não seja, de imediato, relevante para nossa discussão, intuímos que os contornos desse pensamento conformado como caminho a ser inventado, e não como caminho certo a ser descoberto, quando orientado ao âmbito da conservação arquitetônica, poderá se desdobrar em possibilidades de entendimento e condução da prática conservadora sobre o nosso objeto de interesse: os escombros de Bento Rodrigues. Como inferimos no capítulo anterior, a insuficiência da teoria brandiana para o trato dessa questão tem início ainda no momento do reconhecimento do objeto a ser conservado enquanto tal, antes mesmo do momento da ação. Nessa perspectiva, qualquer que seja a teoria de suporte à ação conservacionista que se proponha a encerrar um método universal de entendimento dos seus objetos de interesse através de suas características intrínsecas, esta será igual e sucessivamente enfraquecida à medida que seja confrontada com novos objetos e contextos dotados de novas complexidades.

Partindo desse entendimento, reiteramos que o compromisso desse esforço de desconstrução não almeja entregar a prática da restauração ao completo casuísmo. Entendemos, entretanto, que a conformação de um pensamento restaurador aberto e

livre das amarras do método é essencial para o trato dessa arquitetura habitada por espectros retornantes.

Nesse sentido, cabe uma distinção fundamental dentro do que estamos defendendo. A adoção de uma postura aberta tal como vem sendo tratada até aqui dirá respeito, essencialmente, ao momento de reconhecimento do objeto a ser conservado ou restaurado. Em outras palavras, não constitui o escopo desta análise a delimitação de princípios axiomáticos para conduzir universalmente a postura da restauração. É possível e desejável, entretanto, que do processo de abertura das estruturas de reconhecimento e, por consequência, de leitura e incorporação de valores que de outra forma permaneceriam ocultos, possam surgir indicativos para o procedimento conservativo.

Sendo assim, compete aqui retomar a inversão de paradigmas proposta pelo *Dossiê de Tombamento* de Bento Rodrigues (ICOMOS BRASIL, 2019): a inversão de uma *conservação-baseada-em-matéria* para uma *conservação-baseada-em-valores*, que, assim posta, em muito se aproxima ao que Immanuel Kant definiu como “Revolução Copernicana” (SILVA, 2017).

O termo Revolução Copernicana alude à analogia de Kant sobre proposta de Copérnico de transição do modelo antropocêntrico para o modelo heliocêntrico, que, aplicado de maneira inversa sobre a metafísica, possibilitaria o deslocamento do sujeito dos limites para o centro do conhecimento. Trata-se, portanto, de uma proposta de inversão epistemológica para um modelo que não mais buscará na natureza do objeto os fundamentos para o conhecimento, mas, sim, submeterá o objeto à regulação pelo conhecimento (SILVA, 2017). Ainda que uma leitura da filosofia kantiana não constitua objeto de interesse para esta análise, seus desdobramentos já foram trabalhados por teóricos da restauração, como Giorgio Bonsanti e, posteriormente, Salvador Muñoz Viñas, como corrobora o excerto de *Teoría Contemporánea de la Restauración*:

Para superar estos problemas, Bonsanti (1997) ha propuesto una idea que él mismo ha calificado de *rivoluzione copernicana*. Esta *rivoluzione*

consiste em assumir que "el elemento característico (de la Restauración) no está en el objeto, sino en el sujeto". La Restauración ya no se definirá en función de criterios externos a las personas (por sus técnicas, por sus instrumentos, por los objetos sobre los que se desarrolla la actividad), sino en función de criterios inherentes a los sujetos: no se caracterizará por rasgos objetivos, sino subjetivos. (VINÃS, 2004, p. 39)⁷

Sobre esse aspecto, convém retomar aquilo que foi tratado no início desta seção. Como mencionado a partir da citação de Derrida, a desconstrução não é, simplesmente, uma tomada de posição frente as estruturas vigentes, portanto não consideramos suficiente para o trato da complexa questão de Bento Rodrigues uma inversão de paradigmas. Mais do que abandonar a *conservação-baseada-em-matéria* em prol de uma *conservação-baseada-em-valores*, como trabalhado pelo *Dossiê de Tombamento*, entendemos que estamos frente a uma questão da ordem do indecidível, do “entre”, do abismo aporético entre o valor e a matéria.

Posto em termos mais objetivos, entendemos que as ações de conservação sobre o complexo de Bento Rodrigues deverão ser orientadas não apenas às suas condições materiais – como defendido por Brandi -, mas não somente aos valores – numa perspectiva em que a matéria estaria submetida exclusivamente às construções discursivas, atuando como mero suporte –, como defendido pelo *Dossiê de Tombamento*. Entendemos também que as ações de conservação sobre os escombros de Bento Rodrigues não deverão ser orientadas por pressupostos universalizantes. Ao contrário, é fundamental que esses pressupostos sejam abandonados, para que, desse

⁷ “Para superar esses problemas, Bonsanti (1977) propôs uma ideia que ele mesmo qualificou como revolução copernicana. Essa revolução consiste em assumir que ‘o elemento característico (da restauração) não está no objeto, mas sim no sujeito’. A restauração já não se definirá em função de critérios externos às pessoas (por suas técnicas, por seus instrumentos, pelos objetos sobre os quais se desenvolve a atividade), mas em função de critérios inerentes aos sujeitos: não se caracterizará por traços objetivos, mas subjetivos.”. Tradução nossa.

esforço de abertura, possam ser extraídos discursos os quais, de outra forma, tenderiam ao apagamento.

Se o pensamento conservativo deve adotar os contornos de um caminho, torna-se, por extensão, fundamental a discussão acerca de seus caminhanes. Como defendido pelo *Dossiê de Tombamento*, a gestão do processo decisório relativo às ações de conservação deverá ser guiada por um Comitê Gestor:

Deverá ser criado um Comitê Gestor (CG), que será responsável pela tomada de decisões e gestão futura do sítio protegido. O Comitê deverá ter 10 membros efetivos, e 10 suplentes, composto por membros de diferentes grupos diretamente envolvidos com o bem, tendo ao menos um representante dos seguintes grupos: moradores de Bento Rodrigues, Fundação Renova, Prefeitura Municipal de Mariana, COMPAT, IEPHA, IPHAN. A representação e participação da Samarco se dará em nível consultivo dentro do Comitê Gestor (CG). (ICOMOS BRASIL, 2019, p. 241)

Além disso, deverá ser eleito um Gerente de Projetos, responsável por conduzir efetivamente os trabalhos sob as orientações definidas pelo Comitê:

5. O Gerente de Projeto deverá ser indicado pelo Conselho Gestor e referendado pela comunidade atingida de Bento Rodrigues. (ICOMOS BRASIL, 2019, p. 241)

Embora reconheçamos a importância política do Conselho Gestor, divergimos em relação à maneira como se coloca o posto de Gerente de Projetos, cumpridor de uma função “meramente executiva, obedecendo às orientações do Conselho Gestor” (ICOMOS BRASIL, 2019). Para favorecer essa discussão, nos valeremos a seguir do que Jacques Derrida trabalhou como *assinatura* e *contra-assinatura* nas artes do visível, assim como seu entendimento da figura do arquiteto na tradição clássica.

4.5. Autoria e hospitalidade

Embora o *Dossiê de Tombamento* estabeleça a necessidade de um Gerente de Projetos, o texto não versa sobre o perfil deste profissional. Consideramos, todavia, que o arquiteto sensível às questões patrimoniais seja o mais adequado para a condução do processo, ainda que reconheçamos também a possibilidade de cumprimento desse papel por especialistas de outras áreas de atuação. Para efeito de análise, entretanto, trabalharemos com a primeira possibilidade.

A figura do arquiteto é trabalhada, brevemente, por Jacques Derrida em entrevista a Eva Meyer (DERRIDA, 2008). Recorrendo a Aristóteles, o autor introduz o problema da *teoria versus prática*. De acordo com Derrida, para o filósofo grego, o arquiteto é, em substância, “um teórico que também é capaz de ensinar e manter sob suas ordens os trabalhadores incapazes de pensar de forma autônoma.” (DERRIDA, 2008). Para Derrida, essa concepção revela uma separação entre teoria e prática que resulta numa transformação da arquitetura em uma arte de sistemas: uma arte apta para organizar, à luz da racionalidade, ramos inteiros do saber. Também herdeira da cultura clássica, a teoria brandiana caminha de maneira similar na construção da práxis do restauro como uma disciplina capaz de organizar, racionalmente, as dimensões estética e histórica da obra de arte.

Entretanto, como trabalhado até aqui, sobre a arquitetura devastada pela catástrofe, pairam significados e espectros que escapam à racionalização e às possibilidades oferecidas pelo cientificismo, tornando clara a necessidade de revisão do papel do arquiteto restaurador em direção a uma política de atuação ligada não mais ao mero percurso dos métodos vigentes, mas, sim, ao descobrimento de novos caminhos. Um profissional disposto a operar em busca de “lugares em que o desejo pode reconhecer e habitar” (DERRIDA, 2008, p. 172).

Nos apropriaremos, então, da reflexão proposta por Derrida em relação à autoria, caracterizada por uma *assinatura* referendada por uma *contra-assinatura*. De maneira sintética, a compreensão de Derrida acerca da *assinatura* não se restringe a uma

inscrição física, uma rubrica, mas se constitui pelo processo criativo pelo qual o artista ou arquiteto se imprime em sua obra. Como sugere o autor, não há obra sem *assinatura*:

Por tanto, aparecerá una firma cada vez que ocurra un acontecimiento, cada vez que haya una producción de obra, cuyo acontecer no se limita a aquello que pueda analizarse semanticamente. [...] Así existe una firma para cada obra de arte espacial o visual, que finalmente no es otra cosa que su propia existência, su tener lugar, su existencia no presente, la de la obra como huella, como permanência [restance].
DERRIDA, Las artes del espacio, 1994, p.10)⁸

Em outras palavras, a *assinatura*, assim como a desconstrução, é um acontecimento, nesse caso experienciado nos momentos em que a produção da obra de arte ou a arquitetura ultrapassa o campo meramente semântico. Como exemplificado pelo autor, a escritura do nome é usualmente seguida por uma assinatura, o que demonstra que o ato de assinar não é uma mera identificação, mas o pactuar com um compromisso, um ato de reiterado reconhecimento (DERRIDA, Las artes del espacio, 1994). Todavia, se é a *assinatura* que possibilita que a obra se presentifique, não é ela que condiciona o objeto artístico ou arquitetônico como tal.

Para Derrida, é necessária a existência de uma comunidade que diga que “isto foi feito”, isto é, que possa categorizar aquilo que foi entregue pelo arquiteto. É o que ele define como *contra-assinatura*. Nesse sentido, não há assinatura, não há arte, não há arquitetura, sem que haja uma confirmação política de sua existência. A *contra-assinatura* precede, então, a própria *assinatura*. Essa relação é o que Derrida define como um *performativo* (DERRIDA, Las artes del espacio, 1994). Na acepção de

⁸ “Portanto, uma assinatura aparecerá cada vez que ocorra um acontecimento, cada vez que haja uma produção de obra, cujo acontecer não se limita a aquele que possa ser analisado semanticamente. [...] Assim, existe uma assinatura para cada obra de arte espacial ou visual, que finalmente não é outra coisa senão sua própria existência, seu ter lugar, sua existência no presente, da obra como pegada, como como permanência [restance].” Tradução nossa.

performatividade de Derrida, o significante é caracterizado pela possibilidade de articulação do significado por meio da fala e da escrita, e o significado como o conceito posto para a articulação, o que denota uma possibilidade de reiterada ressignificação do objeto condicionada por fatores culturais, sociais e políticos. Conforme trabalhado pelo autor:

Pues todo empieza com el confirmante, com el receptor, com lo que llamamos el receptor. El origen de la obra reside, em última instancia, en el destinatário; que no existe aún, pero que está ahí donde empieza la firma. [...] Luego la temporalidad de la firma es siempre este futuro perfecto que instintivamente politiza la obra, que la entrega al outro, a la sociedade, a la institución, a la posibilidad de la firma. (DERRIDA, Las artes del espacio, 1994, p.11) ⁹

Sob esse prisma, intuímos que a condição da obra arquitetônica como relação entre assinatura e contra-assinatura reduz o protagonismo da intenção autoral na configuração da obra de arte, desconstrói a ideia de que o objeto arquitetônico é portador de uma verdade imanente e abre caminho para a política num campo de discussão, até então, dominado pelo discurso científico.

Todavia, é essa mesma condição que demonstra a impossibilidade do apagamento completo da figura do arquiteto-restaurador quando reduzido à uma mera condição executiva. Mesmo que, nos processos participativos – como exigido pelo *Dossiê de Tombamento* -, caminhemos no sentido de uma dessubjetivação, isto é, de uma diluição da figura autoral derivada da mediação por uma série de “assinantes” – sujeitos, instituições, entidades -, para Derrida não há obra não assinada, ou seja, não há

⁹ “Pois tudo começa com o interlocutor, com o espectador, como o que chamamos de espectador. A origem da obra de arte reside, em última instância, no destinatário; que ainda não existe, mas está aí onde começa a assinatura. [...] Logo, a temporalidade da assinatura é sempre esse futuro perfeito que instintivamente politiza a obra, que a entrega ao outro, à sociedade, à instituição, à possibilidade da assinatura.”. Tradução nossa.

possibilidade de criação sem autoria. Sob essa ótica, o que entendemos é que a figura do arquiteto meramente executor – poderia se dizer técnico – retoma, em parte, a compreensão do arquiteto como um organizador de sistemas, um agente da separação entre a teoria e a prática.

Ainda que corroborem com a necessidade – e com a demanda – de um processo participativo de criação de uma ação conservacionista sobre os escombros de Bento Rodrigues, nós nos afastamos da postulação de que o profissional responsável pelo agenciamento das vozes envolvidas renuncie de suas prerrogativas criativas e produtoras de sentido. O que entendemos é que a participação direta não representa a única qualidade almejada pelo trabalho, ou seja, seu único mérito – ao qual os resultados arquitetônicos devam ser subjugados. Sobre esse aspecto, convém a alusão ao tema da *hospitalidade*.

A questão da *hospitalidade* foi tratada por Derrida a partir de sua leitura de *khôra* no *Timeu*, um dos mais importantes diálogos platônicos e que constitui fundamentos cosmológicos para a *República*. No diálogo, *khôra* aparece como um receptáculo originário, sobre o qual e a partir do qual Demiurgo, arquiteto do universo, plasmou o cosmos (SOLIS, 2009). Inspirado pelo Mundo das Ideias – ou seja, do inteligível -, Demiurgo cria, sobre *khôra*, o mundo sensível.

Vemos de imediato que a figura do arquiteto materializador de ideias em muito se aproximaria àquela trabalhada por Derrida como um “organizador de sistemas”. Se, por um lado, os trabalhadores braçais seriam incapazes de qualquer pensamento autônomo, seria o arquiteto responsável por transportar formas, padrões e qualidades do mundo das ideias para o mundo sensível. Entretanto, em *Khôra* de Derrida, o autor se ocupa da aporia representada por uma condição anterior ao cosmos.

A condição precedente ao universo instigou e foi objeto não apenas da filosofia ocidental, como visto em Platão, mas dos mais variados criacionismos, assim como do campo da física moderna. Desse modo, tal qual a noção do espectro, *khôra* escapa às

possibilidades de racionalização ao romper com as intuições de tempo e espaço. Aliás, como trabalhado por Solis:

Khôra não é, portanto, forma intelegível, nem sensível, não nasce, nem morre, já estando sempre ali, sem que isso signifique que possua a eternidade dos modelos do mundo das ideias, mas sim uma certa a-temporalidade. (SOLIS, 2009, p. 93)

Como observa Solis, a leitura de Derrida do *Timeu* aponta para a compreensão de *khôra* como uma aporia sobre a constituição dos lugares. Em termos alegóricos e em se tratando de um diálogo superveniente a *República*, é possível entender *khôra* como a matéria-prima que o poder delimita e molda, constituindo, assim, as condições de cidadania da *polis* (SOLIS, 2009). Enquanto categoria cosmológica, porém, *khôra* é essa condição anterior à criação do cosmos por Demiurgo. Como representação ou categoria cosmológica, a condição de receptáculo, de *matriz* e *nutrix*, não necessariamente institui a condição de *hospitalidade* e receptividade. Como exemplificado por Solis, ainda que uma nebulosa possa ser um berçário de estrelas, de modo a oferecer condições ideais para o seu nascimento, sua condição de acolhimento estaria completamente esvaziada se a sobrevivência de uma expedição dela dependesse (SOLIS, 2009). A mesma duplicidade de sentido se conserva se tomarmos *khôra* como uma representação arquitetônica:

Khôra como representação, mesmo como representação de uma arquitetura, nem sempre pode ser pensada, então, como símbolo de hospitalidade, abrigo ou aconchego. Como no caso da representação platônica, ela dependerá da *polis* histórica para definir se representa abrigo e aconchego ou, no entanto, repulsão, inospitalidade e/ou exclusão. (SOLIS, 2009, p. 139)

Se a validação da arquitetura enquanto arquitetura, como visto anteriormente, estaria condicionada à uma relação entre *assinatura* e *contra-assinatura*, sua condição de *hospitalidade* estaria, por sua vez, subordinada não apenas à uma arquitetônica do

acolhimento, mas também à sua confirmação pela coletividade. Sobre este tema, é oportuna a referência ao relato dos arquitetos portugueses Álvaro Siza e Eduardo Souto de Moura sobre seu trabalho à frente do SAAL - Serviço de Apoio Ambulatório Local – entre 1974 e 1976. Após a chamada Revolução dos Cravos, Portugal viveu um período de transição democrática que durou, precisamente, até o ano de 1976, marcado pelo restabelecimento das liberdades políticas e individuais, pela libertação dos presos políticos e pelo regresso dos exilados. Em face das graves carências habitacionais vividas nas áreas urbanas portuguesas, foi instituído o SAAL, designado para “apoiar, através das câmaras municipais, iniciativas de populações mal alojadas no sentido de colaborarem na transformação dos próprios bairros, investindo os próprios recursos latentes e, eventualmente, monetários.” (MINISTÉRIOS DA ADMINISTRAÇÃO INTERNA E DA HABITAÇÃO, URBANISMO E CONSTRUÇÃO, 1976). Incumbidos, então, de materializar arquiteturas habitacionais com interesse e iniciativa populares, Siza e Souto de Moura, entre outros arquitetos, esbarraram, rapidamente, no conflito entre uma tradição de autoria com origens clássicas e a abertura do processo criativo aos processos participativos. Foi, no entanto, reconhecendo a autenticidade da legitimação social, sem abrir mão das prerrogativas profissionais, que, como relata Souto de Moura, foi conduzida essa investida:

Quando fizemos o SAAL, havia muitos movimentos políticos. Uma corrente dizia que não se devia fazer nada senão o proletariado ficava burguês e não havia revolução. Era contra os arquitectos tecnocratas que estavam a fazer casas. E depois havia variantes que diziam que se devia fazer, mas respeitar a vontade da população, fazer o que eles queriam. E o Siza lutou contra isso, e bem. Escreveu um texto que tive de ler à assembleia de moradores porque o Siza foi para Madrid. Era sobre este tema e acabava com uma citação do Che Guevara que dizia que a qualidade é o respeito pelo povo. O que quer dizer que a qualidade não é feita pelo povo. (SIZA, A. e DE MOURA, E.S., 2018)

Marcada pela usual aspereza lusitana, a fala de Souto de Moura carrega, nas entrelinhas, o que apontamos anteriormente. Embora entendamos que, sem dúvida, a

qualidade possa, sim, ser produzida pelo saber coletivo, a exemplo das arquiteturas vernaculares, o que apontamos é que não necessariamente a qualidade almejada – a *hospitalidade* enquanto condição espacial – será fruto direto da diluição da figura autoral. Ainda que a metodologia participativa possa oferecer uma atmosfera de acolhimento, acreditamos ser uma tarefa essencial da arquitetura – e por extensão, do arquiteto – a incorporação de uma perspectiva conservativa sobre os escombros de Bento Rodrigues de forma que se mantenham, convertam ou retornem como “lugares onde o desejo possa reconhecer e habitar” (DERRIDA, 2008). O compromisso com a *hospitalidade* deverá se manifestar, assim, em três momentos: aquele da *hospitalidade* enquanto intenção sobre um espaço capaz de abrigar e acolher, aquele da *hospitalidade* como política de inclusão da alteridade nos processos de reconhecimento e proposição em arquitetura e, por fim, aquele da *hospitalidade* enquanto porvir.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Gilles Deleuze, filósofo pós-estruturalista francês, publicou, em 1969, a obra “Lógica do Sentido”. Na vigésima segunda série, intitulada “A Porcelana e o Vulcão”, Deleuze faz uma leitura da novela “A Fissura” (The Crack Up), de Francis Scott Key Fitzgerald. Embora não tenhamos nos valido dos dois autores ao longo desse texto dissertativo, a ideia de “fissura” tal como é trabalhada por Deleuze em muito nos ajuda a compreender o potencial desconstrutivo da catástrofe.

A novela se passa no contexto da Grande Depressão, grande crise econômica que abalou os Estados Unidos em 1929 em decorrência do crack da bolsa de valores. Os protagonistas, um homem e uma mulher - um jovem casal -, nas palavras de Deleuze, têm tudo para serem felizes: belos, encantadores, ricos, superficiais e cheios de talento. E, de fato, a felicidade os rodeia até que algo se passa. Poderia se dizer que o processo de demolição a que o casal é submetido foi provocado pelo contexto árido resultante da guerra, da bancarrota econômica ou até mesmo por alguma dose de envelhecimento. Mas o que se coloca em questão é que todos esses acidentes não seriam suficientes para produzir tamanho processo de destruição se não aprofundassem “algo de uma outra natureza e que, ao contrário, só é revelado por eles à distância e quando já é muito tarde: a fissura silenciosa.” (DELEUZE, 1974, p. 167).

A fissura seria, em vista disso, algo superficial, incorporal, de certa forma imperceptível e sujeita à ação de “golpes exteriores ou os impulsos internos ruidosos que a fazem desviar, que a aprofundam e a inscrevem ou a efetuam na espessura do corpo” (DELEUZE, 1974, p. 169). Nesse sentido, a desconstrução como acontecimento, tal como defendida por Derrida, ainda que não linear, tem início justamente na fissura. É justamente essa fissura presente na teoria moderna do restauro – a leitura ontológica da ruína – que, tensionada pela práxis e potencializada pela destruição de uma catástrofe como a ocorrida em Bento Rodrigues, institui um processo de desestabilização não apenas do dogmatismo brandiano, mas também de uma tradição cientificista e normativa, que permeou a literatura do restauro ao longo do século XX.

Como tratado anteriormente, coadunamos com os defensores da teoria brandiana na leitura de que os axiomas brandianos têm sido sistemática e indiscriminadamente reproduzidos nos meios profissionais, resultando em justificativas para intervenções, muitas vezes, questionáveis e pouco criteriosas. Contudo, nós nos afastamos dessa leitura ao introduzimos como problema, além da reprodução dos axiomas, a própria adequação do discurso filosófico que os origina.

Ainda que a ruína, objeto de interesse desse esforço dissertativo, não ocupe o cerne da teoria brandiana - aparecendo em Teoria da Restauração em momentos esparsos, sempre a título de exemplo –, seus estudos sobre inteiros e lacunas nas obras de arte constituíram o eixo condutor de toda uma práxis de intervenções em ruínas, tanto na modernidade quanto no contemporâneo. Assim, é oportuno que retomemos a metáfora da fissura de Deleuze. O que está proposto aqui é que, ainda que a ontologia da ruína ocupe uma posição periférica na obra de Brandi, é sua fragilidade que, submetida à violência da catástrofe, inicia o dismantelamento da teoria, em consonância com a fala de James Williams trazida em outro momento: “[...]A verdade de uma população está onde ela está mudando. A verdade de uma nação está em suas bordas. A verdade da mente está em seus casos limítrofes.” (WILLIAMS, 2012, p. 15).

Se, para Brandi, a ruína se encerra ontologicamente, vemos que, com Derrida, ela se abre ao indecível: entre aquilo que se vê e o que não se vê; aquilo que não é nem inteligível, nem sensível. Como observa Solis, Derrida não está preocupado em validar a condição de realidade da aparição espectral. Mais do que isso, a desconstrução se ocuparia do conteúdo e das condições daquilo que aparece. Há, em relação ao espectro uma verdade análoga à verdade histórica, uma verdade da loucura, da obsessão e do delírio (SOLIS, 2014). Nesse sentido, cabe o questionamento: a quem o espectro de Bento Rodrigues se manifesta?

Há uma relação importante entre o espectro e o recalque em Freud. Como tratado pelo psicanalista Christian Dunker, o recalque é tudo aquilo que é negado, simbolicamente, pelo sujeito e que, de forma inevitável, retornará simbolicamente (DUNKER, 2008). Embora não almejemos adentrar numa leitura psicanalítica da nossa questão, vemos

que o espectro é uma forma de retorno do recalcado e dirá respeito sempre a uma manifestação de desejo que não é mais admitida. Ainda que esta seja uma operação em nível inconsciente, vemos que, em Bento Rodrigues, a violência da catástrofe seguida do cerceamento à reocupação do sítio arrasado produz um violento fenômeno de desterritorialização e de indução de Bento à condição de um “não lugar”. Estamos diante, então, do conflito entre um sistema de forças hegemônico que não vê, coíbe e limita a construção de sentido e de um sistema de forças subjugado que vê e resiste. O espectro, enfim, frequenta-nos a partir de uma perspectiva histórica e, não propriamente, de uma experiência individual.

A abertura às possibilidades do invisível cria, como vimos, uma necessidade incontornável de reavaliação de uma política de atuação arquitetônica. Em Bento, vemos que a abertura se dá em virtude da inclusão de uma perspectiva subjetivada até então neutralizada pelo olhar brandiano – popular, reprimida e subalterna. Entendemos, porém, que o mesmo processo de abertura estaria igualmente sujeito à inclusão de perspectivas hegemônicas exacerbadas – ultraconservadoras e excludentes. A abertura à alteridade, nesse sentido, padeceria das mesmas fragilidades da democracia: a ambígua tarefa de incluir aquele que despreza a inclusão. Seguimos defendendo, entretanto, que a desconstrução não é uma destruição e que inerente a ela há um compromisso ético e político com um futuro que não se utilize do presente como instrumento de apagamento do passado.

Entremeados por esse compromisso, entendemos que, para a desconstrução de uma ética de atuação arquitetônica, é fundamental o resguardo das instituições. Ou seja, se, por um lado, é inevitável a discussão em torno da atuação profissional – teoria, discurso, práxis -; por outro lado, entendemos ser fundamental a proteção daquilo que proporciona as condições de atuação. Não se almeja, portanto, a desestabilização da arquitetura nem da conservação enquanto disciplinas ou mesmo a diminuição do seu protagonismo, mas, sim, formas de protagonizar o debate com sensibilidade a uma alteridade que, possivelmente, esquiva-se e nos escapa. A hospitalidade, nesse sentido, não se constituirá essencialmente, mas sempre no porvir. Entretanto, estaremos também sujeitos aos nossos limites de atuação. Caberá à arquitetura, assim, o

compromisso com a constituição de Bento como um lugar de acolhimento e de vazão ao luto, bem como o compromisso com a condução desse processo de maneira suscetível ao outro.

A despeito da arquitetura, entretanto, constituem-se e desenvolvem uma infinidade de processos ao redor dos bento-rodriguenses e que, inevitavelmente, implicarão em desdobramentos sobre a destinação daqueles lugares. Como observa Solis, a hospitalidade e o acolhimento não existem de forma incondicionada e obedecem, essencialmente, a uma antinomia entre A Lei e as leis (SOLIS, 2009). Se, como um princípio régio, considera-se uma Lei da hospitalidade aquela que “não solicita identidade, nome, sobrenome e não quer nada em troca” (SOLIS, 2009, p. 154), em contrapartida haverá aquelas “leis da hospitalidade, esses direitos e deveres sempre condicionados e condicionais” (SOLIS, 2009, p. 154). Em tempos de ataques a direitos até então determinados universais por nossas cartas régias, fica clara a condição de combatividade inerente à promoção do respeito da alteridade como tal. A hospitalidade enquanto porvir, nesse sentido, estará sempre sujeita ao enfraquecimento, não se encerrando arquitetonicamente, mas carecendo, ininterruptamente, de sua busca e defesa de sua legitimidade. Por fim, cabe a referência à reflexão de Solis:

Bennington afirmou que é possível pensar a desconstrução como paradigma do mundo e que isto não fará diferença se o mundo não estiver contra ela. Digo, em contrapartida, que fará diferença sempre que a desconstrução descer de sua indecidibilidade política e tomar partido a favor do que torna o mundo digno de ser um habitat humano. (SOLIS, 2009, p. 180)

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

CASTRO, Eduardo V. **Gostaria que o Museu Nacional permanecesse como ruína, memória das coisas mortas.** Entrevista concedida a Alexandra Prado Coelho. Publico, Rio de Janeiro, 4 Set. 2018. Disponível em: <<https://www.publico.pt/2018/09/04/culturaipsilon/entrevista/eduardo-viveiros-de-castro-gostaria-que-o-museu-nacional-permanecesse-como-ruina-memoria-das-coisas-mortas-1843021>>. Acesso em 18 Abr. 2019.

AUSTRALIA ICOMOS. **The Burra Charter**, 1999. The Australia ICOMOS Charter for Places of Cultural Significance. 2013. Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/The-Burra-Charter-2013-Adopted-31_10_2013.pdf>. Acesso em 21 nov. 2019.

BRANDI, Cesare. **Teoria da Restauração.** Tradução de Beatriz Mugayar Kühl. 4ª. ed. São Paulo: Ateliê Editorial, 2017.

BUCKINGHAM, William. **O Livro da Filosofia.** Tradução de Douglas Kim. 11ª. ed. São Paulo: Globo Livros, 2013.

CARSALADE, Flávio de L. **A Pedra e o Tempo.** Belo Horizonte: Editora UFMG, 2014.

CARSALADE, F.D.L. O Passado Presente. **Impactum**, Coimbra, 2015. 60-68.

CHOAY, F. **A alegoria do patrimônio.** Tradução de Luciano Vieira Machado. 5ª. ed. São Paulo: UNESP, Estação Liberdade, 2006.

CONTINENTINO, Ana Maria. **O luto impossível da desconstrução.** In: **Espectros de Derrida**, Paulo Cesar Duque-Estrada (Org.) - Rio de Janeiro: Editora PUC Rio e NAU Editora, 2008.

COORDENADORIA ESTADUAL DE DEFESA CIVIL. **Plano de Segurança para as comunidades próximas a barragens de mineração.** Belo Horizonte. 2019.

DARDEAU, Denie. **Lévinas espectro de Derrida: alteridade, rastro.** Rio de Janeiro: Ítaca 19, p. 72-85, 2012.

DELEUZE, G. **A Porcelana e o Vulcão.** In: *Lógica do Sentido.* São Paulo: Editora Perspectiva, Editora da Universidade de São Paulo, 1974.

DERRIDA, Jacques. **Caça aos fantasmas de Marx**. Entrevista concedida a Betty Milan. Folha de São Paulo, São Paulo, 26 Jun. 1994. Disponível em <<https://www1.folha.uol.com.br/fsp/1994/6/26/mais!/24.html>>. Acesso em 15 Abr. 2018.

DERRIDA, J. **Escoger su herencia**. Entrevista concedida a Elisabeth Roudinesco. In: En mañana qué..., Buenos Aires: Jul. 2003. F.C.E, p. 9-28.

DERRIDA, J. **Las artes del espacio**. Entrevista concedida a Peter Brunette y David Wills. Deconstruction and Visual Arts, Cambridge, p. 9-32, 1994.

DERRIDA, J. **Uma arquitetura onde o desejo pode morar**. Entrevista concedida a Eva Meyer. Uma nova agenda para a arquitetura: Antologia teórica, São Paulo: Editora Cosac Naify, n. 2, p. 166-171, 2008.

DERRIDA, J. **Pensar em não ver**: escritos sobre as artes do visível. Tradução de Marcelo Jacques de Moraes. Florianópolis: Editora UFSC, 2012.

DUNKER, Christian I. L. **O Inconsciente em Freud e Lacan**. In: Um retorno a Freud, Nina Leite e Flavia Trocoli (Orgs.) - São Paulo: Mercado das Letras, v. 1, 2008. p. 107-122.

EINSENMAN, Peter. **Conference in Chicago**. Weaving Truth: Essays on language and the female in Greek Thought. Chicago: Center for Hellenic Studies. 2008.

FEAM - FUNDAÇÃO ESTADUAL DO MEIO AMBIENTE. **Gestão de Barragens - Lista de Barragens de 2018**. Belo Horizonte. 2018.

FREUD, Sigmund. **Luto e melancolia**. Tradução de Marilene Carone. 1ª. ed. São Paulo: Cosacnaify, 2014.

FUÃO, Fernando F. **Querências de Derrida**. In: Arquitetura e filosofia da Desconstrução, Fernando Freitas Fuão (Org) - Porto Alegre: UFRGS, 1ªed., 2016. p. 21-37.

HOUAISS, A. **Dicionário Houaiss da Língua Portuguesa**. Rio de Janeiro: Editora Objetiva, 2001.

IBRAM - INSTITUTO BRASILEIRO DE MINERAÇÃO. **Panorama da Mineração em Minas Gerais**. Brasília. 2015.

ICOMOS BRASIL. **Dossiê de Tombamento de Bento Rodrigues**. Belo Horizonte. 2019.

LANDSBERG, P. L. **Ensaio sobre a experiência da morte**. Tradução de Eliana Aguiar, Cesar Benjamin Estela dos Santos Abreu. 1ª. ed. Rio de Janeiro: Editora Contraponto, Editora PUC Rio, 2009.

MENDES, Breno G. A fenomenologia de Cesare Brandi: Temporalidade e historicidade no restauro. **Congresso Internacional Interdisciplinar em Sociais e Humanidades**, Niterói, Set. 2012.

MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MINAS GERAIS. **Atingidos**. Belo Horizonte: Editora O Lutador, 2016.

MINISTÉRIOS DA ADMINISTRAÇÃO INTERNA E DA HABITAÇÃO, URBANISMO E CONSTRUÇÃO. Despacho Ministerial. **Diário da República**, p. 1-3, 1976.

MORA, José. F. **Dicionário de Filosofia**. Tradução de Adail U. Sobral, Marcos Bagno, Nicolás Nyimi Campanário Maria Stela Gonçalves. 2ª. ed. São Paulo: [s.n.], v. Tomo IV, 2004. 2635

NIETZSCHE, Friedrich. **Assim falou Zaratustra**. Tradução de Mário da Silva. São Paulo: Civilização Brasileira, 1977.

NORBERG-SCHULZ, Christian. O fenômeno do lugar. In: **Uma nova agenda para arquitetura**: antologia teórica (1965-1995), Kate Nesbitt (Org). Tradução de Vera Pereira. 2ª. ed. São Paulo: Cosac Naify, 2006.

NORIEGA, Simón. **Cesare Brandi: A stanza y Semiosis**. Revista de arte y estética contemporânea, Mérida, p. 157-165, 2008.

RIBEIRO, B. **Defesa Civil planeja demolição dos restos de Bento Rodrigues**, 04 Dez. 2015. São Paulo: Revista Exame. Disponível em: <<https://exame.abril.com.br/brasil/defesa-civil-planeja-demolicao-dos-restos-de-bento-rodrigues/>> Acesso em: 29 Nov. 2019.

ROGOZINSKI, Jacob. **Defunta morte: luto, sobrevida, ressurreição**. ALEA: Estudos Neolatinos, Rio de Janeiro: v. 17-1, p. 52-63, Janeiro/Junho 2015.

ROMANDINI, Fabián L. **Eternidade, espectralidade, ontologia: por uma estética transobjetual**. Devires, Belo Horizonte, Junho 2014. 154-185.

SANTANA, Wellington. J. **Jacques Derrida and the condition of (im)possibility of the gift**. Educação e Filosofia, Uberlândia, 31, 2017. 421-441.

SAUSURRE, F. D. **Curso de linguística geral**. Tradução de José Paulo Paes e Izidoro Bilkstein Antônio Chelini. 27ª. ed. São Paulo: Cultrix, 2006.

SILVA, Felipe A. D. **A Revolução Copernicana Na Filosofia De Kant: Breves Considerações A Partir Do Prefácio Da Segunda Edição Da Crítica Da Razão Pura.** Revista Enciclopédia, Pelotas, p. 22-35, 2017.

SILVA, Olintho. P. D. **A Mineração em Minas Gerais: Passado, presente e futuro.** Revista Geonomos, p. 77-86, 1995.

SIMMEL, Georg. **A Ruína.** In: **Simmel e a modernidade**, Jessé de Souza (org.). Brasília: Editora UNB, 2005. p. 137-144.

SIZA, Álvaro; MOURA, Eduardo Souto de. **O bonito, o feio, o janota e o efeito Miles Davis na arquitectura.** Público, Porto, 25 fev. 2018. Disponível em: <<https://www.publico.pt/2018/02/25/culturaipsilon/entrevista/o-bonito-o-feio-o-janota-e-o-efeito-miles-davis-na-arquitectura-1804242>>. Acesso em: 24 nov. 2019.

SOLIS, Dirce E. N. **Desconstrução e Arquitetura:** Uma abordagem a partir de Jacques Derrida. Rio de Janeiro: Editora Uapê: Sociedade e Estudos e Atividades Filosóficas, 2009.

SOLIS, D. E. N. **Espectros de Marx ou a Filosofia do Desvio.** Revista de Filosofia SEAF, p. 157-173, 2011.

SOLIS, D. E. N. Gradiva: **Derrida e a espectralidade.** In: Derrida e Arquitetura, Dirce Eleonora Nigro Solis e Fernando Freitas Fuão (Orgs.). Rio de Janeiro: Editora UERJ, 2014. p. 241-263.

THIOLLENT, Michel. **Maio de 1968 em Paris: testemunho de um estudante.** Tempo Social, São Paulo, v. 10, p. 63-100, Outubro 1998.

VINÃS, Salvador M. **Teoría Contemporánea de la Restauración.** Madrid: Editorial Síntesis, 2004.

WILLIAMS, James. **Pós-estruturalismo.** Tradução de Caio Liudvig. Petrópolis, RJ.: Vozes, 2012.